TRACTEBEL ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.474.103/0001-19
Rua Antônio Dib Mussi, n.º 366, Florianópolis - SC

ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Em razão da publicação do edital de convocação para as assembleias gerais extraordinária e ordinária da Companhia, a realizar-se no dia 23.04.2010, a Companhia, em atendimento aos artigos 6º, 8º, 10º e 12º da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 481, de 17.12.2009, está disponibilizado as seguintes informações:

- Informações sobre o Contrato de Prestação de Serviços entre a Tractebel Energia S.A. e a Suez-Tractebel S.A.;

- Dados relativos aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores para as eleições de membros do conselho de administração e fiscal da Companhia, conforme exigências contidas nos itens 12.6 a 12.10 do formulário de referência referenciado pela Instrução CVM 480/09;

- Informações relativas à remuneração dos administradores baseadas no item 13 do referido formulário de referência; e

- Proposta de pagamento do valor de até R$ 17 milhões a título de Participação nos Lucros ou Resultados – PLR relativo ao exercício de 2009, a ser distribuído de acordo com os critérios definidos no Sistema de Remuneração da Empresa e Acordos Coletivos de Trabalho.

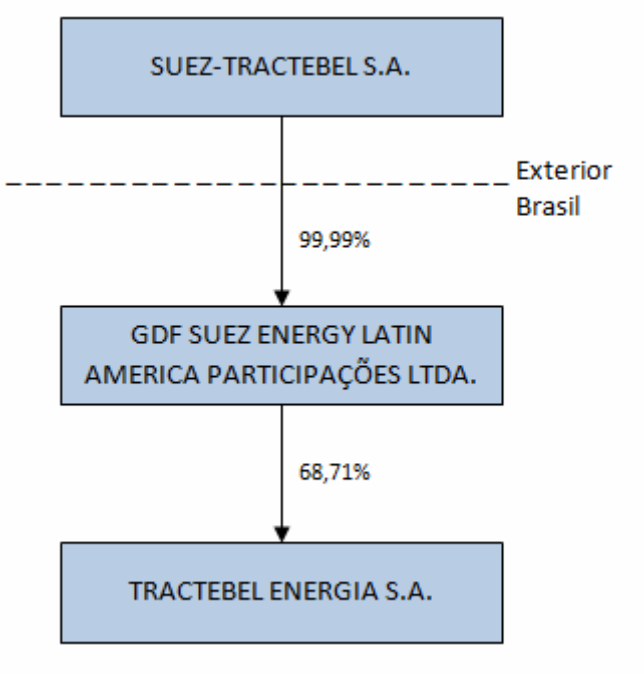
Adicionalmente, em 22.03.2010, a Companhia arquivou via sistema de informações periódicas e eventuais (IPE) da CVM e BM&FBovespa as informações contidas no artigo 9º da Instrução CVM 481/09 que, dentre outros assuntos, tratava do comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, anexadas ao final desse documento.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE TRACTEBEL ENERGIA S.A. E SUEZ-TRACTEBEL S.A.

ARTIGO 8º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

I – Nome e qualificação da parte relacionada interessada: Suez-Tractebel S.A., sociedade organizada e existente de acordo com as leis do Reino da Bélgica, com sede em Place du Trône 1, Bruxelas, Bélgica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.132.057/0001-20 ("Suez-Tractebel").

II – Natureza da relação da parte relacionada interessada com a companhia: A Suez-Tractebel é a controladora indireta da Tractebel Energia S.A. ("Tractebel Energia" ou "Companhia"), conforme demonstrado no organograma abaixo:



III – Quantidade de ações e outros valores mobiliários emitidos pela companhia que sejam de titularidade da parte relacionada interessada, direta ou indiretamente: A Suez-Tractebel detém, através da GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda., 448.512.633 ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, que representam 68,71% do seu capital social.

IV – Eventuais saldos existentes, a pagar e a receber, entre as partes envolvidas: Nas demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31.12.2009, há uma provisão para pagamento de aproximadamente R$ 790.000,00 (setecentos e noventa mil Reais) para a Suez-Tractebel, referente ao valor máximo anual ainda não faturado oriundo do Contrato de Prestação de Serviços entre a Suez-Tractebel e a Tractebel Energia

celebrado em 17 de abril de 2007 (o "Contrato de Prestação de Serviços"), através do qual a Suez- Tractebel presta serviços de consultoria nas áreas gerencial, operacional, financeira, contábil, jurídica, de marketing e de desenvolvimento de projetos para a Tractebel Energia. Referida provisão leva em consideração o valor máximo anual de pagamentos devidos à Suez-Tractebel em virtude dos serviços prestados, fixado no Contrato de Prestação de Serviços em €1.500.00,00 (um milhão e quinhentos mil Euros).

V – Descrição detalhada da natureza e extensão do interesse em questão: Trata-se da renovação de Contrato de Prestação de Serviços entre a Suez-Tractebel e a Tractebel Energia, através do qual a Suez- Tractebel presta serviços de consultoria nas áreas gerencial, operacional, financeira, contábil, jurídica, de marketing e de desenvolvimento de projetos para a Tractebel Energia. O Contrato de Prestação de Serviços foi originalmente celebrado em 2 de maio de 2002, e foi renovado em 17 de abril de 2007 mediante a aprovação prévia dos acionistas minoritários da Companhia reunidos na Décima Nona Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 17 de abril de 2007. Trata-se de contrato entre partes relacionadas, já que a Suez-Tractebel é, indiretamente, controladora da Tractebel Energia.

VI – Recomendação da administração acerca da proposta, destacando as vantagens e desvantagens da operação para a companhia: O Grupo GDF SUEZ é um dos líderes mundiais em energia, atuando em toda a cadeia de valores da energia, em eletricidade e gás natural, tanto na exploração e produção quanto no transporte, distribuição e comercialização. O Grupo GDF SUEZ desenvolve seus negócios por meio de um modelo de crescimento com responsabilidade que considera os desafios de atendimento às necessidades energéticas, combate às mudanças climáticas e otimização do uso dos recursos naturais. O Grupo GDF SUEZ conta com fontes de suprimento diversificadas e geração flexível e altamente eficiente de energia, com o intuito de proporcionar soluções energéticas inovadoras a pessoas, cidades e empresas, tendo atualmente 72.633 MW de capacidade instalada sob sua administração. O Grupo possui aproximadamente 200.000 colaboradores em todo o mundo e obteve receitas de EUR$79.9 bilhões em 2009. Para a Tractebel Energia, contar com a bagagem expressiva e a experiência internacional do Grupo GDF SUEZ nas suas diversas áreas de atuação significa agregar valor aos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes, maximizando resultados e beneficiando diretamente seus acionistas. Os serviços de consultoria prestados pela Suez-Tractebel no âmbito do Contrato de Prestação de Serviços tem se mostrado valiosos para a administração da Companhia, principalmente na definição de temas estratégicos, novas aquisições, controle de custos, negociação de contratos internacionais, financiamentos e novos projetos de geração de energia. A Diretoria da Tractebel Energia entende que esses serviços de consultoria são fundamentais para a criação de valor nos segmentos em que atua, contribuindo para incrementar a rentabilidade e a solidez financeira da Companhia.

VII – Caso a matéria submetida à aprovação da assembléia seja um contrato sujeito às regras do art. 245 da Lei nº 6.404, de 1976:

a) Demonstração pormenorizada, elaborada pelos administradores, de que o contrato observa condições comutativas, ou prevê pagamento compensatório adequado: O Contrato de Prestação de Serviços trata da prestação de serviços de consultoria nas áreas gerencial, operacional, financeira, contábil, jurídica, de marketing e de desenvolvimento de projetos. A execução de qualquer serviço de consultoria por parte da Suez-Tractebel se dá mediante prévia solicitação das áreas gerenciais ou da Diretoria da Companhia, considerando necessidades objetivas e pontuais, como por exemplo a necessidade da área de Desenvolvimento de Novos Negócios da Companhia de uma modelagem e viabilização financeira de determinada oportunidade de aquisição de ativos, ou a negociação de contratos de fornecimento com contrapartes localizadas no exterior ou envolvendo contratos regidos por legislação estrangeira. A Diretoria da Companhia, juntamente com a Gerência Jurídica responsável pela negociação dos termos e condições do Contrato de Prestação de Serviços, entendem que o mesmo observa condições comutativas, haja vista que não impõe a qualquer das partes qualquer obrigação que possa ser considerada excessivamente onerosa, muito menos inibe qualquer das partes de rescindir a relação contratual em caso de descumprimento reiterado das obrigações assumidas, quando então, se for o caso, a Tractebel Energia poderá buscar o ressarcimento de eventuais perdas e danos que vier a incorrer em virtude do inadimplemento. Além disso, o Contrato de Prestação de Serviços prevê pagamento compensatório adequado aos serviços prestados, existindo mecanismos de controle contratualmente estabelecidos para assegurar compensação adequada, tais como mas não se limitando ao acompanhamento da execução dos serviços pela respectiva área da Companhia que tenha solicitado os mesmos, em coordenação com as áreas de Controle de Custos e Pagamentos. Não obstante os controles descritos acima, o Contrato de Prestação de Serviços prevê ainda um valor máximo anual de pagamentos devidos à Suez-Tractebel em virtude dos serviços prestados, fixado em €1.500.00,00 (um milhão e quinhentos mil Euros).

b) Análise dos termos e condições do contrato à luz dos termos e condições que prevalecem no mercado: O Departamento Jurídico da Tractebel Energia, responsável pela negociação dos termos e condições do Contrato de Prestação de Serviços junto à Suez-Tractebel, é da opinião que o mesmo está em linha com os termos e condições que prevalecem no mercado para esse tipo de contratação. Nesse sentido, informa que o Contrato de Prestação de Serviços possui cláusulas com as seguintes disposições relevantes: (i) controle por parte da Tractebel Energia no que se refere à necessidade, conveniência e oportunidade dos serviços a serem prestados, bem como sua periodicidade, forma e local de execução, para que sejam compatíveis com as necessidades da Companhia; (ii) declarações e garantias da Suez-Tractebel no sentido de que os serviços prestados sejam realizados por profissionais qualificados nas suas respectivas áreas de competência; (iii) limitação dos honorários anuais passíveis de faturamento pela Suez-Tractebel, com a criação de um teto máximo não cumulativo de €1.500.00,00 (um milhão e quinhentos mil Euros) por ano de execução dos serviços; (iv) condições de pagamento das faturas em linha com as práticas adotadas usualmente pelo mercado (i.e., 30 dias a partir do seu recebimento); (v) envio das faturas semestrais para conhecimento do Conselho Fiscal da Companhia; (vi) prazo de validade pré-determinado (36 meses), com a possibilidade de revalidação a cada

período de 12 meses pelos acionistas minoritários da Tractebel Energia, que poderão ratificar, cancelar ou modificar o Contrato de Prestação de Serviços, desde que justificadamente; (vii) possibilidade de rescisão do Contrato de Prestação de Serviços por qualquer das partes em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pela outra parte; e (viii) fiscalização por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos da legislação em vigor.

12.6 - Informações relativas aos candidatos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal indicados pela Controladora ou pela Administração da Companhia:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - CA

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF / PASSAPORTE	CARGO	DATA DE ELEIÇÃO	DATA DE POSSE	PRAZO DE MANDATO	OUTROS CARGOS/FUNÇÕES EXERCIDAS NA EMISSORA	INDICADO PELA CONTROLADORA?
Maurício Stolle Bähr	52	Engenheiro	748.528.847-49	Presidente do CA	23.04.2010	23.04.2010	2 Anos	Membro do Comitê Estratégico	Sim
Jan Franciscus Maria Flachet	54	Engenheiro	059.308.257-50	Vice-Presidente do CA	23.04.2010	23.04.2010	2 Anos	Membro do Comitê Estratégico	Sim
Manoel Arlindo Zaroni Torres	60	Engenheiro	115.116.056-34	Membro Titular	23.04.2010	23.04.2010	2 Anos	Diretor Presidente	Sim
Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos	63	Engenheiro	098.414.907-49	Membro Titular	23.04.2010	23.04.2010	2 Anos	Membro do Comitê Estratégico	Sim
Dirk Beeuwsaert	62	Engenheiro	EC128771	Membro Titular	23.04.2010	23.04.2010	2 Anos	Membro do Comitê Estratégico	Sim
Alain François Marie Louise Janssens	48	Engenheiro	EG311280	Membro Titular	23.04.2010	23.04.2010	2 Anos	Membro do Comitê Estratégico	Sim
Patrick Charles Clement Obyn	49	Advogado	009.113.629-67	Membro Suplente	23.04.2010	23.04.2010	2 Anos		Sim
Luiz Eduardo Simões Viana	55	Engenheiro	465.817.407-30	Membro Suplente	23.04.2010	23.04.2010	2 Anos		Sim
Manuel François Colcombet	49	Engenheiro	09AF88078	Membro Suplente	23.04.2010	23.04.2010	2 Anos	Membro do Comitê Estratégico	Sim
André de Aquino Fontenelle Canguçú	41	Administrador	126.646.148-51	Membro Suplente	23.04.2010	23.04.2010	2 Anos		Sim
Gil de Methodio Maranhão Neto	47	Engenheiro	734.574.937-15	Membro Suplente	23.04.2010	23.04.2010	2 Anos		Sim
José Carlos Cauduro Minuzzo	58	Engenheiro	199.412.420-20	Membro Suplente	23.04.2010	23.04.2010	2 Anos	Diretor de Produção de Energia	Sim

CONSELHO FISCAL - CF

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF / PASSAPORTE	CARGO	DATA DE ELEIÇÃO	DATA DE POSSE	PRAZO DE MANDATO	OUTROS CARGOS/FUNÇÕES EXERCIDAS NA EMISSORA	INDICADO PELA CONTROLADORA?
Paulo de Resende Salgado	64	Economista	161.008.917-00	Presidente do CF	23.04.2010	23.04.2010	1 Ano		Sim
Carlos Guerreiro Pinto	67	Administrador	047.615.457-04	Membro Titular	23.04.2010	23.04.2010	1 Ano		Sim
Flávio Marques Lisboa Campos	59	Engenheiro	118.388.096-00	Membro Suplente	23.04.2010	23.04.2010	1 Ano		Sim
Manoel Eduardo Bouzan de Almeida	58	Contador	269.006.377-87	Membro Suplente	23.04.2010	23.04.2010	1 Ano		Sim

12.7 - Informações relativas aos membros do comitê estratégico.

COMITÊ ESTRATÉGICO - CE									
NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF / PASSAPORTE	CARGO	DATA DE ELEIÇÃO	DATA DE POSSE	PRAZO DE MANDATO	OUTROS CARGOS/FUNÇÕES EXERCIDAS NA EMISSORA	INDICADO PELA CONTROLADORA?
Maurício Stolle Bähr	52	Engenheiro	748.528.847-49	Membro	25.06.1999	25.06.1999	Não há prazo	Membro titular do C.Adm.	Sim
Jan Franciscus Maria Flachet	54	Engenheiro	059.308.257-50	Membro	25.04.2003	25.04.2003	Não há prazo	Membro titular do C.Adm.	Sim
Victor-Frank de Paula Rosa Paranhos	63	Engenheiro	098.414.907-49	Membro	25.06.1999	25.06.1999	Não há prazo	Membro titular do C.Adm.	Sim
Dirk Beeuwsaert	62	Engenheiro	EC128771	Membro	15.03.2001	15.03.2001	Não há prazo	Membro titular do C.Adm.	Sim
Alain François Marie Louise Janssens	48	Engenheiro	EG311280	Membro	13.03.2009	13.03.2009	Não há prazo	Membro titular do C.Adm.	Sim
Manuel François Colcombet	49	Engenheiro	04AE68520	Membro	18.01.2000	18.01.2000	Não há prazo	Membro Suplente do C.Adm.	Sim

Observação:

Além do Comitê Estratégico, que é um comitê estatutário, a Companhia possui outros comitês, dentre os quais um comitê de gerenciamento de risco e um financeiro. No entanto, esses comitês são compostos por técnicos (empregados) representando várias áreas da Companhia, com funções de apoio, não tendo participação do processo de decisão dos órgãos de administração.

A relação de comitês está disponível no site da Companhia (www.tractebelenergia.com.br), no seguinte endereçamento: Investidor > Governaça Corporativa > Órgãos Fiscalizadores e de Apoio.

12.8 - Informações sobre os candidatos a administradores e membros do conselho fiscal do emissor:
a) Currículo dos candidatos, contemplando as experiências profissionais dos últimos 5 (cinco) anos e a indicação de todos os cargos que ocupem ou tenham ocupado em companhias abertas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Titular:
MAURÍCIO STOLLE BÄHR

Presidente do Conselho de Administração.
Nascido em 17.09.1957, é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Gama Filho (RJ) e em Análise de Sistemas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) - RJ. Concluiu MBA pela COPPEAD - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e Corporate Finance pela Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos da América (EUA). Foi Diretor Financeiro da Serra da Mesa Energia S.A. e Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. Atualmente é Diretor Presidente da GDF SUEZ Energy Brasil Ltda., Diretor da GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., Representante Geral da GDF SUEZ no Brasil, e Presidente do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Presidente do Conselho de Administração da Energia Sustentável do Brasil S.A e Membro do Conselho Deliberativo da CESTE – Consórcio Estreito Energia.

Suplente:
PATRICK CHARLES CLEMENT OBYN

Nascido em 28.07.1960, é formado pela Faculdade de Direito da Universidade de Antuérpia, Bélgica. Foi advogado da Union Carbide (indústria química) e do Grupo Alcatel (telecomunicações). Em 1995, ingressou no Grupo Suez-Tractebel como Assessor Sênior da Electricity and Gaz International. Desde 2002, exerce o cargo de General Counsel da GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.

Titular:
JAN FRANCISCUS MARIA FLACHET

Vice-Presidente do Conselho de Administração.
Nascido em 06.03.1956, é Engenheiro Eletromecânico formado pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica, possui mestrado em administração pelo Instituto de Administração e Gestão da UCL e participou do Programa de Gerenciamento CEDEP, associado ao INSEAD, em Fontainebleau, na França. Em 1979 foi Chefe do Departamento de Operações na Unerg, em Brabant (Bélgica). De 1990 a 1996 atuou na Electrabel como Gerente Geral de distribuição de energia elétrica. Foi Gerente Geral da Litoral Gás, na Argentina, Vice-Presidente Sênior de Operações de Distribuição e Comércio na Tractebel EGI e Vice-Presidente Executivo para Desenvolvimento de Negócios na América do Sul. Atualmente exerce os cargos de Gerente Regional para a America do Sul e Diretor Presidente da GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda.

Suplente:
LUIZ EDUARDO SIMÕES VIANA

Nascido em 03.04.1955, é Economista, formado pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro - 1985. MBA COPPEAD/UFRJ – 1998. Trabalhou como economista da BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) entre setembro de 1980 a junho de 1991, sempre ligado à área de Mercado de Capitais. Foi Gerente de Underwriting do Banco Nacional S.A. entre setembro de 1991 e dezembro de 1995. Atuou como Superintendente de Relações Institucionais da Serra da Mesa Energia S.A. (Antiga Nacional Energética S.A.) entre janeiro de 1996 a maio de 1998. Atualmente é Diretor da Itá Energética S.A. (ITASA) sem designação específica exercendo cumulativamente as funções de Diretor de Relações com Investidores.

Titular:
MANOEL ARLINDO ZARONI TORRES

Nascido em 18.12.1949, é Engenheiro Eletricista formado pela Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG) e Especialista em Administração Geral pelo CEDEP, associado ao INSEAD, em Fontainebleau, na França. De 1973 a 1998, trabalhou em Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS), onde foi Superintendente de Produção Sul e Superintendente de Operação no Sistema de FURNAS, representante no Grupo Operador para Operações Interligados (GCOI) e na Comissão Mista de Operação da Usina de Itaipu e no Comitê de Operação e Comercialização de Energia das Empresas do Sistema Eletrobrás (COESE). Em 1998, passou a integrar a diretoria da Tractebel Brasil e atuou como Diretor de Operação, assumindo a presidência da Companhia em 1999. É membro do Conselho de Administração da Itá Energética S.A. (ITASA). Atua, ainda, como Diretor Presidente de algumas SPEs controladas pela Tractebel Energia S.A.

Suplente:
ANDRÉ DE AQUINO FONTENELLE CANGUÇÚ

Nascido em 06.01.1969, é formado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), possui também um Mestrado em Administração de Empresas pela mesma instituição. No período de julho de 2004 a dezembro de 2009, atuou como CFO da Enersur, segunda maior geradora privada de energia elétrica do Peru. Exerceu, entre 1998 e 2002, os cargos de Associate, Manager and Director da Enron Corp. Atualmente exerce o cargo de CFO da GDF-Suez Latin America, no Peru.

Titular:
VICTOR FRANK DE PAULA ROSA PARANHOS

Nascido em 17.10.1946, é formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Católica de Petrópolis (RJ) e em Economia pelo Instituto Metodista Bennett. É atuário pela Sociedade Universitária Augusto Motta (SUAM) (RJ). Foi engenheiro residente na Sociedade Técnica de Engenharia e Representação (STER). Diretor da GDF Suez, responsável pela área de desenvolvimento/implementação de projetos de 1999 a 2009. Foi Diretor Presidente da Companhia Energética São Salvador, responsável pela implantação da Usina Hidroelétrica São Salvador, de 2002 a 2009. Foi Diretor Presidente do Consórcio Estreito, responsável pela implantação da Usina de Estreito, no período de 2002 até maio de 2007. Diretor Presidente da SPE Energia Sustentável do Brasil, responsável pela implantação da Usina de Jirau, desde 2007 até a presente data.

Suplente:
MANUEL FRANÇOIS COLCOMBERT

Nascido em 09.07.1960, é formado em Engenharia Industrial, ITBA, Buenos Aires, em 1984 e MBA no IMD, Lausanne, Switzerland, 1990. Atuou no setor de Energia na área de Gerenciamento geral, Comercial, Estratégia e Planejamento de Negócios. Atualmente é Vice Presidente Sênior Strategy & Portfolio Management da Regional América do Sul do Grupo GDF SUEZ. Atua ou atuou como membro do Conselheiro de administração de várias empresas do Grupo GDF SUEZ na América do Sul e na Europa.

Titular:
DIRK ACHIEL MARC BEEUWSAERT

Nascido em 14.01.1948, é Engenheiro Mecânico e Eletricista formado pela Universidade de Ghent (Bélgica). Participou do Programa de Gerenciamento CEDEP em Fontainebleau, na França. Foi CEO da GDF SUEZ Energy International, Presidente da GDF SUEZ Energy North America Inc., Diretor da Glow Energy, empresa pública sediada na Tailândia, Diretor de Suez Tractebel SA e Diretor da Eletrabel. Atualmente é Vice-Presidente executivo da GDF SUEZ.

Suplente:
GIL DE METHODIO MARANHÃO NETO

Nascido em 18.01.1963, é Engenheiro civil formado pela Veiga de Almeida, possui MBA em finanças pelo IBMEC. Atuou nas áreas de Mercado de Capitais (administração de fundos de ações e underwriting) e comercial (Fundos de Pensão) no Banco Nacional S.A.

Atualmente é responsável por desenvolvimento de novas oportunidades de expansão do Grupo GDF SUEZ no Brasil e Gerente Delegado da GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda., sociedade controladora da Tractebel Energia S.A. e membro do Conselho de Administração da International Hydropower Association.

Titular:
ALAIN FRANÇOIS MARIE LUOISE JANSSENS

Nascido em 05.12.1961, é formado em Engenharia Comercial pela Universidade Livre de Bruxelas (ULB) – *Solvay Business Schoo*l. Trabalhou como Analista Financeiro Sênior no Generale Bank. Foi Diretor-Assistente de Corporate & Project Finance e Chefe de Controladoria e Consolidação do Grupo na Tractebel - Administração, Finanças e Controle. Atuou como Chefe de Consultoria de Projetos na SUEZ – Tractebel e como CEO e Membro do Comitê de Estratégia da Distrigas. Foi ainda CEO adjunto da Divisão BeNeDelux da GDF SUEZ, Gerente Geral de Marketing & Vendas Electrabel, Diretor Administrativo Electrabel Customer Solutions e Presidente do Comitê de Risco da Electrabel. Atualmente, atua como CEO adjunto, Presidente do Comitê de Risco de Energia para Europa e Internacional e Presidente da Electrabel Customer Solutions da GDF SUEZ – Energy International.

Suplente:
JOSÉ CARLOS CAUDURO MINUZZO

Nascido em 29.10.1951, é formado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Iniciou sua carreira profissional na Eletrosul em 1976, desempenhando suas atividades na área de Geração Térmica no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda até 1992. A partir desta data, gerenciou a Divisão de Engenharia e Manutenção de Térmicas até 1997 e, posteriormente, o Departamento de Geração Térmica até junho de 1999. Atualmente exerce a função de Diretor de Operação da Lages Bioenergética Ltda., sendo, também, Diretor do Comitê Gestor do Consórcio Itá e do Consórcio Machadinho. Também atua como suplente no Conselho de Administração da Tractebel Energia, da Itá Energética S.A. e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná. Desde 1999 exerce a função de Diretor de Produção de Energia da Tractebel Energia. Atua, ainda, como Diretor de algumas SPEs controladas pela Tractebel Energia S.A.

CONSELHO FISCAL:

Titular:
PAULO DE RESENDE SALGADO

Nascido em 02.07.1945, é formado em Ciências Econômicas pela Universidade Cândido Mendes, RJ, possui pós-graduação pela Fundação Getulio Vargas (FGV) em Executivo Financeiro, MBA/PDG – Programa de Desenvolvimento Gerencial e Capital Market-FGV-AID-EUA.

Foi Vice-Presidente Residente do Citibank, Superintendente de Investimento no Banco Econômico de Investimentos S.A., Diretor de Underwriting e Privatização no Banco Nacional S.A., onde participou do projeto de privatização da LIGHT e da CSN. Atuou, também, como Diretor da Nacional Energética S.A. e da IVEN S.A, e como Diretor Financeiro da Nacional Energética S.A. Atualmente, é Consultor Econômico da Agenda Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários Ltda.

Suplente:
FLÁVIO MARQUES LISBOA CAMPOS

Nascido em 17.11.1950, é Engenheiro Civil, graduado em 1973, pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Diretor Geral e CEO da Leme Engenharia Ltda. desde de 2002, tendo exercido as seguintes atividades nesta empresa: 1994 a 2002 – Diretor Geral e Executivo; 1992 a 1994 - Diretor de Desenvolvimento de Negócios, atuando na coordenação de estratégias de comercialização, prospecção e viabilização de negócios, negociações de contratos com clientes e administração das despesas de desenvolvimento; 1988 a 1992 - Diretor Técnico, atuando nas áreas de Geração Elétrica e Barragens, Sistemas Elétricos e Projetos Industriais, com destaque para supervisão técnica e elaboração dos contratos de vários projetos; e de 1976 a 1988 – atuando na área técnica com Chefe do Setor de Engenharia Hidráulica e Gerente de diversos projetos de grande porte.

Trabalhou como Engenheiro Civil de 1972 a 1976 nas empresas Elektrowatt Ingenieros Consultores, Guatemala City, Guatemala, Elektrowatt Engineering Services, Zurick, Switzerland e Eletroprojetos S.A. – Estudos de Engenharia.

Atualmente participa da Diretoria da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (ABDIB) e, também, é membro dos seguintes conselhos: Conselho Diretor da Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil; Conselho de Política Econômica da FIEMG; Conselho Diretor da AMEC, Conselho Diretor da Associação Brasileira de Consultores de Engenharia (ABCE); e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.

Titular: **CARLOS GUERREIRO PINTO**	Suplente: **MANOEL EDUARDO BOUZAN DE ALMEIDA**
Nascido em 1943, é formado em Administração de Empresas pela Sociedade Unificada de Ensino Superior Augusto Motta (SUAM), concluiu Curso de Gerência Financeira pelo Centro de Treinamento do Citibank N.A. e possui MBA Executivo em Administração de Empresas pela Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD). Foi responsável pela estruturação da área de Open Market do Banco Nacional, sendo também designado Diretor da Área de Risco de Negócios. Adicionalmente, atuou como Presidente da Sinal Corretora de Valores. Foi eleito membro do Conselho Fiscal da Tractebel Energia S.A., na Assembléia Geral Ordinária de 14.04.2009.	Nascido em 03.04.1952, é Bacharel em Ciências Contábeis, formado em 1978 pela Faculdades Integradas Simonsen, no Rio de Janeiro. Trabalhou no ramo da indústria de 1969 a junho de 1995 exercendo diversas funções administrativas, chegando ao cargo de gerente administrativo e contábil. No segundo semestre de 1995 foi convidado para exercer as funções de contador no projeto energético de Serra da Mesa, da empresa Serra da Mesa S.A., permanecendo até junho de 1998, onde se transferiu para o Grupo Tractebel, para trabalhar na Holding como contador, onde permanece até a presente data.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorridos nos últimos 5 (cinco) anos:
i. qualquer condenação criminal
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as respectivas penas aplicadas
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

A Acionista Controladora obteve dos candidatos para os cargos de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, conforme indicados acima, que os mesmos estão em condições de firmar declaração de que não sofreram qualquer: *i)* condenação criminal; *ii)* condenação em processo administrativo da CVM; ou *iii)* condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que os tenham suspendidos ou inabilitados para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre as partes abaixo indicadas:

a) administradores do emissor.

Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, conforme indicados acima, e os administradores da Companhia.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor.
Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, conforme indicados acima, e os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor.
Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, conforme indicados acima, e os acionistas controladores diretos ou indiretos da Companhia.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.
Não há qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, conforme indicados acima, e os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

12.10 - Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e as partes abaixo indicadas:

a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor.
Nenhum dos candidatos indicados pela administração ou pela acionista controladora aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia exerceram, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, funções executivas em sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, a exceção dos Srs. Manoel Arlindo Zaroni Torres e José Carlos Cauduro Minuzzo que exercem cargos de diretores das seguintes sociedades controladas da Companhia:

i) **Manoel Arlindo Zaroni Torres** - Companhia Energética São Salvador, Delta Energética S.A., Energia América do Sul Ltda., Épsilon Participações Ltda., Lages Bioenergética Ltda.; Seival Participações S.A.; Suez Energia Renovável S.A.; Tractebel Energia Comercializadora Ltda. e Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. Também é membro do Conselho de Administração da Itá Energética S.A. – ITASA.

ii) **José Carlos Cauduro Minuzzo** - Eólica Beberibe S.A., Companhia Energética São Salvador, Energia America do Sul Ltda., Hidropower Energia S.A., Lages Bioenergética Ltda., Eólica Pedra do Sal S.A., Ponte de Pedra Energética S.A., Tractebel Energias Complementares Participações Ltda. e Tupan Energia Elétrica S.A. Também é Diretor do Comitê Gestor do Consórcio Itá e do Consórcio Machadinho e atua como suplente no Conselho de Administração da Itá Energética S.A.- ITASA.

b) controlador direto ou indireto do emissor.

Os seguintes candidatos indicados pela acionista controladora aos cargos de membro do Conselho de Administração exercem funções executivas em sociedades controladoras, direta ou indiretamente, da Companhia:

i) **Maurício Stolle Bähr** - Diretor da GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda., sociedade controladora da Companhia;

ii) **Jan Franciscus Maria Flachet** - Diretor Presidente da GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda., sociedade controladora da Companhia;

iii) **Dirk Beeuwsaert** - Vice-Presidente executivo da GDF SUEZ e CEO da GDF SUEZ Energy International, Presidente da GDF SUEZ Energy North America Inc., Diretor da Glow Energy, empresa pública sediada na Tailândia, Diretor de Suez Tractebel SA e Diretor da Eletrabel;

iv) **Alain François Marie Luoise Janssens –** Vice-Presidente Executivo de Mercados e Vendas da GDF Suez Energy Europe & International; e

v) **Manuel François Colcombert** - Vice Presidente Sênior Strategy & Portfolio Management da Regional América do Sul do Grupo GDF SUEZ, em Buenos Aires.

Os demais candidatos indicados pela acionista controladora aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia não exerceram, nos últimos 3 (três) exercícios sociais, funções executivas em sociedade controladora, direta ou indiretamente, da Companhia.

c) caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não houve, nos 3 (três) últimos exercícios sociais, qualquer das relações descritas acima entre qualquer dos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia, conforme indicados acima, e qualquer fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, ou de suas controladas ou da sua controladora ou controladas de alguma dessas pessoas.

ANEXO II – ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

IN CVM Nº 480 DE 17/12/2009

13. Remuneração dos administradores

13.1. Política de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

a. objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal é baseada nas práticas de mercado, e visa atrair e reter profissionais compatíveis com as necessidades da Companhia. Considera os conhecimentos exigidos, a complexidade das atividades e os resultados esperados de cada cargo.

b. composição da remuneração:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

O valor da remuneração global anual dos administradores (membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal) é definido anualmente pela Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia.

Na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 14 de abril de 2009, foi fixado o valor global da remuneração dos administradores em até R$ 18 milhões, incluindo parte fixa, variável e encargos.

Sua composição é estabelecida pelo Conselho de Administração, conforme abaixo:

Conselho de Administração

O valor anual estabelecido para cada Conselheiro é pago em 12 parcelas mensais, e eventuais parcelas variáveis podem ser consideradas no montante global aprovado pela Assembléia Geral.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é dividida entre parcela fixa e parcela variável, e seu valor anual é estabelecido pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Os benefícios oferecidos pela Companhia compõem a remuneração indireta, tais como: assistência à recuperação da saúde, seguro de vida, previdência complementar, e veículo designado para cargos da alta direção.

Diretoria Não Estatutária

A Companhia não tem Diretoria não estatutária instalada.

Conselho Fiscal

O pró-labore dos membros do Conselho Fiscal é fixado pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia que os eleger e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da média da soma atribuída aos Diretores, não computados benefícios e remuneração variável.

Comitês

A Companhia possui comitês que participem direta ou indiretamente do processo de decisório da Companhia, e não existe uma remuneração adicional para os seus membros.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A remuneração do Conselho de Administração é cerca de 85% fixa e 15% variável. Já a remuneração do Conselho Fiscal é fixa em sua totalidade.

A remuneração fixa da parcela fixa da Diretoria Estatutária é estabelecida com base no mercado, e seu valor é pago em 13 parcelas mensais. A parcela variável tem seu alvo, em média, de 50% da remuneração anual dos membros da Diretoria.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:

A definição dos valores das parcelas fixas é estabelecida de acordo com as práticas do mercado para cargos de natureza e responsabilidades semelhantes. Da mesma forma, a parcela variável é estabelecida considerando-se as práticas de mercado para cada cargo, e seu pagamento considera os resultados obtidos pela Companhia, tais como lucro líquido, EBITDA, cumprimento de metas específicas e negociadas previamente e aspectos gerenciais e comportamentais.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração:

A política de remuneração para o Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal é baseada nas práticas de mercado, e visa atrair e reter profissionais compatíveis com as necessidades da Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

No posicionamento da remuneração dos administradores em relação ao mercado, são utilizados indicadores quantitativos e qualitativos, grau de contribuição aos resultados, desempenho geral e experiência.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

O pró-labore (remuneração fixa) e os benefícios não são alterados durante o exercício, pois são definidos para cada ano dentro dos limites aprovados pela Assembléia Geral Ordinária. A remuneração variável está diretamente relacionada aos resultados de desempenho corporativos e individuais.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

O sistema de planejamento da Companhia é base para definição da remuneração variável, comprometendo os administradores com os resultados de curto, médio e longo prazo.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não se aplica à Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não se aplica à Companhia.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009

Conselho de Administração (Valores em R$ Mil)	2007	2008	2009
Número de membros	16	16	16
Remuneração fixa anual	2.980	3.132	3.193
Pró-labore	2.980	3.132	3.193
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração variável anual	406	352	521
Bônus	406	352	521
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Remuneração Total do Conselho de Administração	**3.386**	**3.484**	**3.714**

Diretoria Estatutária (Valores em R$ Mil)	2007	2008	2009
Número de membros	6	6	6
Remuneração fixa anual	4.397	4.282	5.230
Pró-labore	4.286	4.025	4.910
Benefícios diretos e indiretos	111	257	320
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração variável anual	2.361	1.932	2.197
Bônus	2.361	1.932	2.197
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	603	587	670
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Remuneração Total da Diretoria Estatutária	**7.361**	**6.801**	**8.097**

Conselho Fiscal (Valores em R$ Mil)	2007	2008	2009
Número de membros	3	3	3
Remuneração fixa anual	131	228	248
Pró-labore	131	228	248
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-
Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração variável anual	-	-	-
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Remuneração Total do Conselho Fiscal	**131**	**228**	**248**
Remuneração Total (Conselhos e Diretoria Estatutária)	**10.878**	**10.513**	**12.059**

Previsto para o Exercício Social de 2010

A proposta do Conselho de Administração para a apreciação da Assembleia de Acionistas consiste na fixação de um limite global, de até R$ 18 milhões, para a remuneração dos Conselhos e da Diretoria Estatutária. Posteriormente à Assembleia Geral marcada para o dia 23 de abril de 2010 e dependendo do valor que venha a ser aprovado pelos acionistas da Companhia, será definida a distribuição desse limite entre os órgãos da administração.

Conselho de Administração (Valores em R$ Mil)	Previsto para 2010
Número de membros	16
Remuneração fixa anual (R$ Mil)	3.740
Pró-labore	3.740
Benefícios diretos e indiretos	-
Remuneração por participação em Comitês	-
Outros	-
Remuneração variável anual (R$ Mil)	660
Bônus	660
Participação nos resultados	-
Remuneração por participação em reuniões	-
Comissões	-
Outros	-
Benefícios pós-emprego	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-
Remuneração baseada em ações	-
Remuneração Total do Conselho de Administração	**4.400**

Diretoria Estatutária (Valores em R$ Mil)	Previsto para 2010
Número de membros	7
Remuneração fixa anual	6.300
Pró-labore	5.900
Benefícios diretos e indiretos	400
Remuneração por participação em Comitês	-
Outros	-
Remuneração variável anual	2.800
Bônus	2.800
Participação nos resultados	-
Remuneração por participação em reuniões	-
Comissões	-
Outros	-
Benefícios pós-emprego	800
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-
Remuneração baseada em ações	-
Remuneração Total da Diretoria Estatutária	**9.900**

Conselho Fiscal (Valores em R$ Mil)	Previsto para 2010
Número de membros	3
Remuneração fixa anual (R$ Mil)	260
Pró-labore	260
Benefícios diretos e indiretos	-
Remuneração por participação em Comitês	-
Outros	-
Remuneração variável anual	-
Bônus	-
Participação nos resultados	-
Remuneração por participação em reuniões	-
Comissões	-
Outros	-
Benefícios pós-emprego	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-
Remuneração baseada em ações	-
Remuneração Total do Conselho Fiscal	**260**

Remuneração Total (Conselhos e Diretoria Estatutária)	**14.560**

13.3. Em relação à remuneração variável do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Eventuais remunerações variáveis do Conselho de Administração podem ser consideradas no montante global aprovado pela Assembléia Geral. Não há remuneração variável para membros do Conselho de Fiscal. Com relação aos membros da Diretoria Estatutária, as informações são apresentadas na tabela abaixo:

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009

Diretoria Estatutária (Valores em R$ Mil)	2007	2008	2009
Número de membros	6	6	6
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.361	2.012	2.455
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	2.361	2.012	2.455
Valor efetivamente reconhecido no resultado	2.361	1.932	2.197
Participação no resultado			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-

Previsto para o Exercício Social de 2010

Diretoria Estatutária (Valores em R$ Mil)	Previsto para 2010
Número de membros	07
Bônus	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.800
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	2.800
Participação no resultado	
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não se aplica à Companhia.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

A Companhia não tem programa de incentivo baseado em cotas ou ações. Entretanto, sem ônus e sem vinculação com os seus resultados, os administradores da Companhia, assim os seus empregados, podem participar de programa estabelecido pelo Grupo Controlador, cujos valores não apresentam percentual significativo em relação remuneração anual.

Os membros do Conselho de Administração detém 256.351 ações da Tractebel Energia do total de 652.742.192 ações em circulação da Companhia.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

Não se aplica à Companhia.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica à Companhia.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não se aplica à Companhia.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não se aplica à Companhia.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Conselho de Administração (Valores em R$ Mil)	
Número de membros	1
nome do Plano	Plano CD
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	1
Condições para se aposentar antecipadamente	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	57
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	17
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não Aplicável

Diretoria Estatutária (Valores em R$ Mil)	
Número de membros	6
nome do Plano	Plano CD
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	4
Condições para se aposentar antecipadamente	1
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	2.252
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	459
Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não Aplicável

13.11. Em forma de tabela, indicar, para o último exercício social, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal :

Item não divulgado em razão da liminar concedida pelo MM Juízo da 5ª Vara Federal/RJ, nos autos do processo 2010.5101002888-5 ao IBEF – Rio de Janeiro, ao qual a Companhia é associada.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

Não se aplica à Companhia.

13.13. Em relação ao último exercício social, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Cerca de 73% da remuneração total do Conselho de Administração corresponde aos seus membros com contratos de trabalho vinculados aos controladores diretos e indiretos da Companhia.

Na Diretoria Executiva e no Conselho Fiscal não há membros vinculados aos controladores da Companhia

13.14. Em relação ao último exercício social, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não se aplica à Companhia.

13.15. Em relação ao último exercício social, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não há quaisquer valores reconhecidos nos resultados dos nossos controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, a titulo de remuneração como membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria Executiva e do nosso Conselho Fiscal.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Além das informações prestadas nos demais itens acima, não há qualquer informação adicional que possa ser considerada relevante com relação a este item 13.

TRACTEBEL ENERGIA S.A.

COMPANHIA ABERTA – CNPJ 02.474.103/0001-19
NIRE 4230002438-4

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 23 DE ABRIL DE 2010 EM ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO CVM Nº 481 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 (ICVM 481/09).

Segundo o artigo 9º da ICVM 481/09 a Companhia deve fornecer, até 1 (um) mês da data marcada para a realização da assembléia geral ordinária, os seguintes documentos e informações:

- **Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Incisos I e II do artigo 9ª da ICVM 481/09)**
  O Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis Anuais Completas foram arquivadas na CVM e BM&FBovespa no dia 24 de fevereiro de 2010 e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Diário Catarinense e Valor Econômico no dia 18 de março de 2010. Tais documentos também estão disponíveis no site da Companhia no endereço: www.tractebelenergia.com.br

- **Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência (Inciso III do artigo 9º da ICVM 481/09)**
  As informações referentes ao comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia estão disponíveis no anexo I da presente Proposta.

- **Parecer dos Auditores Independentes (Inciso IV do artigo 9º da ICVM 481/09)**
  O parecer dos Auditores Independentes está contemplado no Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia.

- **Parecer do Conselho Fiscal, inclusive votos dissidentes, se houver**
  O parecer do Conselho Fiscal está contemplado no Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis da Companhia, ressaltando que não houve votos dissidentes.

- **§ 1º do artigo 9º - Inciso I – Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP)**
  O formulário DFP foi entregue pela Companhia no dia 24 de fevereiro de 2010, na mesma data de entrega do Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Anuais Completas.

- **§ 1º do artigo 9º - Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09.**
  As informações referentes ao anexo 9-1-II da ICVM 481/09 estão disponíveis no anexo II da presente Proposta.

- **§ 1º do artigo 9º - Inciso III – Parecer do comitê de auditoria, se houver.**
  A Companhia não possui comitê de auditoria.

Anexo I

Artigo 9ª ICVM 480/09 – Inciso III – Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do formulário de referência:

10. Comentário dos Diretores

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia se encontra em situação patrimonial e financeira favoráveis, apresentando:

- Geração de lucro crescente e consistente. O lucro líquido do exercício de 2009 foi de R$ 1.134 milhões, o que representa um valor recorde pelo sexto ano consecutivo.
- Forte geração de caixa operacional. O EBITDA no ano de 2009 foi de R$ 2.178 milhões.
- Baixo nível de endividamento que reflete o potencial da Companhia de aproveitar as oportunidades de crescimento. A relação entre o endividamento total e o EBITDA, em 31.12.2009, foi de 1,6 vezes e entre o endividamento líquido e o EBITDA foi de 0,99 vezes.
- Reduzido nível de inadimplência em função da diversificação do portfólio de clientes e do rigoroso processo de análise de crédito.
- Manutenção da liderança do setor privado de energia elétrica. O crescimento sustentado pela sua estratégia de avaliação de riscos e oportunidades no mercado permitiu a elevação da capacidade instalada da Companhia para 6.431 MW, equivalente a um crescimento de 73% ao longo de 11 anos de operação no Brasil.
- Remuneração aos acionistas sem a descapitalização financeira da Companhia. Os dividendos mínimos de 2005 a 2007, de 2008 e de 2009 foram de, respectivamente, 95%, 68% e 55% do lucro líquido do exercício.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações, indicando:
(i) hipótese de resgate; e
(ii) fórmula do cálculo do valor de resgate.

A Diretoria entende que a Companhia possui estrutura de capital adequada a suas operações e nível confortável de alavancagem financeira.

O negócio da Companhia apresenta uma elevada geração operacional de caixa, principalmente em função de sua elevada margem, resultado da característica intensiva em capital da atividade de geração de energia, e dos rígidos controles de custos/despesas efetuados pela Administração da Companhia.

A Tractebel Energia encerrou o ano de 2009 com divida líquida de R$ 2.160 milhões, resultado do endividamento total de R$ 3.415 milhões e de seu saldo de caixa e equivalentes de R$ 1.255 milhões. A dívida de longo prazo corresponde a 90% do total do endividamento e o grau de alavancagem de 37% (dívida líquida / dívida líquida + patrimônio líquido) garantem uma situação de liquidez confortável para a Companhia.

O patrimônio líquido da Companhia em 31.12.2009 era de R$ 3.681 milhões com variação positiva de 16% em relação ao final de 2008, em decorrência (i) do lucro líquido do exercício de R$ 1.134 milhões; e (ii) da destinação de parte deste lucro para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, no valor de R$ 624 milhões.

Adicionalmente, não é intenção da Administração da Companhia o resgate de ações, em função da necessidade do uso dos recursos gerados pela Companhia para fazer face aos investimentos necessários para, no mínimo, manter sua participação no mercado no cenário de robusto crescimento de consumo de energia elétrica esperado no Brasil para os próximos anos.

c) capacidade do pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os administradores da Companhia, mediante análise dos indicadores de desempenho e da geração de fluxo de caixa, entendem que a Companhia possui boas condições, em situações normais de mercado, para honrar as obrigações de curto e médio prazo hoje existentes, bem como para continuar expandindo suas operações. Os Administradores da Companhia entendem que, em situações normais de mercado, sua geração de caixa confere à Companhia margem de conforto para honrar todas as obrigações de longo prazo existentes.

A relação dívida total / EBITDA da Companhia, ao final de 2009, era de 1,6x, e a relação EBITDA / despesas financeiras era de 6,7x.

A classificação de risco da Companhia (brAA+ pela Standard & Poor's e AA (bra) pela Fitch Ratings) está entre as melhores no seu setor de atuação.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização de parte de sua geração de caixa, a principal fonte de financiamento para os projetos de investimento da Companhia é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (diretamente e por meio de Agentes Repassadores), que usualmente oferece taxa de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamento compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Caso o projeto de investimento não seja elegível para financiamento via BNDES, a Companhia normalmente recorre ao mercado de capitais, por meio da emissão de notas promissórias e debêntures, ou outras fontes de financiamento, visando à manutenção de uma estrutura de capital e liquidez adequados. A Companhia avalia constantemente alternativas de financiamento de suas operações.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui linhas de capital de giro formalmente aprovadas perante instituições financeiras de primeira linha no montante de aproximadamente R$ 400 milhões. No entanto, em 31.12.2009, nenhuma delas havia sido sacada.

Adicionalmente , tendo a Companhia classificação de risco brAA+, emitida pela Standard & Poor's, e AA (bra), emitida pela Fitch Ratings, tem acesso rápido ao mercado de capitais para eventuais necessidades de levantamento de recursos financeiros.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Principais condições contratadas da totalidade dos empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas

	Saldo em 31.12.2009 R$ Milhões	Encargos	Vencimento
Moeda estrangeira			
Tractebel Energia S.A.			
STN	145	*Libor* + 1,075% a.a.	04/2024
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	101	*Euribor* + 2,75% a.a.	11/2015
Moeda nacional			
Tractebel Energia S.A			
Eletrobrás	41	12% a.a.	04/2011
BNDES	50	TJLP + 4% a.a. [(a)]	04/2013
Banco do Brasil	7	8,14% a.a. [(d)]	12/2011
Itá Energética S.A. (Itasa)			
BNDES	46	TJLP + 4% a.a. [(a)]	09/2013
Agentes financiadores (BNDES) [(b)]	57	TJLP + 3,85% a.a. [(a)]	09/2013
Lages Bioenergética Ltda. (Lages)			
BRDE	18	TJLP + 2,25% a.a. [(a)]	08/2012
Companhia Energética São Salvador (CESS)			
BNDES	222	TJLP + 2,7% a.a. [(a)]	10/2023
Agentes financiadores (BNDES) [(b)]	449	TJLP + 3,25% a.a. [(a)]	10/2023

	Saldo em 31.12.2009 R$ Milhões	Encargos	Vencimento
Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA)			
BNDES	88	TJLP + 5% a.a. [a]	04/2015
BNDES	7	UMBNDES + 5% + Taxa Variável. [c]	04/2015
Agentes Financiadores (BNDES) [b]	130	TJLP + 4,5% a.a. [a]	04/2015
Tupan Energia Elétrica S.A. (Tupan)			
Caixa Econômica Federal (CEF)	55	TJLP + 3,5% a.a. [a]	12/2019
Hidropower Energia S.A. (Hidropower)			
Banco do Brasil	31	8,08% a.a. [d]	10/2017
Hidrelétrica Areia Branca S.A. (Areia Branca)			
BNDES	64	TJLP + 2,5% a.a. [a]	06/2024
Eólica Beberibe S.A. (Beberibe)			
BNDES	103	TJLP + 3,5% a.a. [a]	12/2023
Eólica Pedra do Sal S.A. (Pedra do Sal)			
BNDES	72	TJLP + 1,92% a.a. [a]	12/2023

[a] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

[b] Os Agentes Financiadores do BNDES são Itaú Unibanco Holding S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Votorantim S.A.

[c] Taxa variável trimestral, reajustada nos meses de janeiro, abril, julho e outubro, com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira.

[d] Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

Informações adicionais sobre os contratos de valores mais relevantes da Companhia e de suas controladas

Contratos de Confissão e Consolidação de Dívida - STN

Em 28.04.1997, a Companhia celebrou o "Contrato de Confissão e Consolidação de Dívida" com a União, por meio do qual a Companhia confessou a dívida no valor total de R$ 202 milhões, equivalente, em 01.08.1996, a US$ 199 milhões. Referida dívida correspondente a obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimo de médio e longo prazos celebrados junto a credores externos, não depositados junto ao Banco Central do Brasil nos termos das Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) n.º 1.451/88 e 1.564/89, inclusive das parcelas com vencimentos posteriores a 31.12.1993, objeto de permuta por bônus emitidos pela União, de acordo com as Resoluções do CMN n.º 98/92, 90/93 e 132/93.

Ao total da dívida confessada são acrescidos atualização monetária e juros remuneratórios a taxas variáveis, conforme indicadas no contrato de confissão e calculadas sobre os saldos devedores diários previamente corrigidos conforme o tipo de bônus, além do pagamento de outros encargos como taxa de administração ao banco no qual os recursos da garantia descrita abaixo são depositados.

O pagamento do principal devido nos termos deste contrato deverá ser efetuado pela Companhia com três dias úteis de antecedência aos dias 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, respeitados os vencimentos iniciais, finais e únicos definidos para cada tipo de bônus, conforme indicado no contrato de confissão. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, sendo a última parcela devida juntamente com a última parcela de principal do respectivo bônus, prevista para 15.04.2024. Em garantia às obrigações assumidas nos termos do contrato de confissão de dívida, a Companhia (i) constituiu caução em dinheiro, bônus de desconto (*Discount Bonus*) e bônus ao par (*Par Bonus*) equivalentes a US$ 6 milhões e US$ 8 milhões, respectivamente; e (ii) cedeu e transferiu à União os créditos que forem efetuados em sua conta corrente em virtude de depósitos provenientes das receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos pela Companhia em cada vencimento de suas obrigações, nos termos do contrato de confissão de dívida.

Floating Rate Notes – BNP Paribas

Em 29.11.1999, a Companhia emitiu 40 milhões de Euros em "*Floating Rate Notes*" no mercado internacional, em regime de colocação privada, com vencimento em 30.11.2007 - "*Notes*", tendo o Citibank N.A. London atuado como agente emissor e pagador das *Notes*. As *Notes* eram remuneradas à taxa *EuroLibor*, acrescida de "*spread*" de 7% ao ano sobre o saldo devedor do principal, pagos em novembro de cada ano, sendo que a última parcela juntamente com o principal no final da operação, estava prevista para 30.11.2007. Na data prevista para seu vencimento, referidas *Notes* foram renegociadas, passando a ter prazo de oito anos e remuneração pela taxa *EuroLibor*, acrescida de "*spread*" de 2,75% ao ano sobre o saldo devedor do principal, a serem pagos anualmente. O pagamento do principal será efetuado em parcela única, com vencimento em 29.11.2015.

Eletrobrás

Em 16.09.1991, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com a Eletrobrás, no valor de R$ 128 milhões, para utilização no financiamento da construção da UHE Itá. Sobre os valores de principal incidem juros remuneratórios à taxa de 10% ao ano, sendo que o pagamento dos valores de principal e juros será efetuado em 120 parcelas mensais pagas no dia 30 de cada mês, vencendo a última parcela em 30.04.2011. Em garantia às obrigações decorrentes deste contrato de financiamento, a Companhia (i) vinculou, em favor da Eletrobrás, o direito de recebimento de sua própria receita (valores vencidos e não pagos à Companhia); e (ii) emitiu, em favor da Eletrobrás, notas promissórias representativas das parcelas devidas nos termos do contrato de financiamento

Contratos de Financiamento com o BNDES

Tractebel Energia: Em razão da incorporação da Companhia Energética Meridional (CEM) em 28.03.2008, as garantias prestadas pela CEM ao BNDES no âmbito do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito" e do "Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures Não Conversíveis em Ações de Emissão da CEM" foram substituídas por "Carta de Fiança" do Itaú-Unibanco contratada pela Companhia em 19.12.2007, no valor de R$ 157 milhões, com validade até 15.10.2013. O "Primeiro Aditamento ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito" relativo à incorporação foi celebrado em 08.04.2008, por meio do qual a Companhia, na qualidade de sucessora da CEM nos direitos e obrigações desta, confessou e assumiu a dívida no valor de R$ 78 milhões na data-base de 15.01.2008. O "Segundo Aditamento ao Contrato de Subscrição e Integralização de Debêntures Não Conversíveis em Ações de Emissão da CEM" relativo à incorporação foi celebrado em 08.04.2008, por meio do qual a Companhia, na qualidade de sucessora da CEM nos direitos e obrigações desta, confessou e assumiu a dívida no valor de R$ 77 milhões na data-base de 15.01.2008.

Os demais financiamentos com o BNDES foram contratados na modalidade *Project Finance.* Para tal foram constituídas as seguintes Sociedades por Conta de Participação (SCP) para a implantação dos respectivos empreendimentos hidrelétricos.

Itasa: Em 06.03.2001, a subsidiária Itasa firmou com o BNDES e com os Agentes Repassadores Itaú-Unibanco, Bradesco, Banco Safra e Banco Votorantim, contratos de financiamento no valor de R$ 542 milhões, para construção da UHE Itá. Em garantia às obrigações decorrentes destes contratos, a Itasa: (a) penhorou os Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Itá; (b) penhorou os Direitos Creditórios decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados com seus acionistas; (c) obrigou-se a manter aberta uma conta reserva num montante equivalente a três meses da dívida do BNDES (substituída por fiança bancária) e três meses das despesas contratuais de operação e manutenção da UHE Itá. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da Itasa ao BNDES e Agentes Financiadores.

CESS: Em 19.03.2007, a controlada integral CESS firmou com o BNDES e com os Agentes Repassadores Itaú-Unibanco, Bradesco, Banco Santander e Banco Votorantim, contratos de financiamento, no valor total de R$ 570 milhões, para construção da UHE São Salvador. Em garantia às obrigações decorrentes destes contratos, a CESS: (a) penhorou os Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE São Salvador; (b) obrigou-se a manter aberta uma conta centralizadora de direitos creditórios para recebimento dos direitos de crédito da CESS; e (c) obrigou-se a manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da CESS ao BNDES e Agentes Financiadores.

PPESA: Em 17.12.02, a subsidiária indireta e integral Ponte de Pedra Energética S.A. (PPESA) assinou contrato de financiamento com o BNDES e com os Agentes Repassadores Itaú-Unibanco, Bradesco e Banco do Brasil, no valor de R$ 275 milhões. Em garantia aos contratos de financiamento firmados junto ao BNDES e Agentes Repassadores, a Ponte de Pedra: (a) penhorou os Direitos Emergentes da Concessão para a exploração da UHE Ponte de Pedra; (b) obrigou-se a manter aberta uma conta centralizadora de direitos creditórios para recebimento dos direitos de crédito da PPESA (c) obrigou-se a manter aberta uma Conta Reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção do Projeto. Além dessas garantias, os sócios caucionaram a totalidade das ações da PPESA ao BNDES e Agentes Financiadores. Em 17.02.2010, a PPESA executou a amortização antecipada da totalidade de seu endividamento financeiro com o BNDES e bancos repassadores. A amortização antecipada, no montante de R$ 223,2 milhões, foi uma iniciativa da Companhia como parte do plano da incorporação da PPESA e de sua *holding* controladora Energia América do Sul Ltda. na Companhia, objetivando a simplificação de sua estrutura societária.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

As relações de longo com instituições financeiras além daquelas relacionadas no item 10.f.(i) acima são representadas pelas debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas.

Principais condições das debêntures da Companhia e de suas controladas

				Condições de Pagamento		
	Saldo em 31.12.2009 R$ Milhões	Quantidade em circulação	Remuneração	Juros/atualização monetária	Principal	Garantia
Tractebel Energia						
1ª Emissão - 1ª Série	147	14.000	IGPM + 9,29% a.a.	Anualmente em 02.05	Parcela única em 02.05.11	Sem garantia
1ª Emissão - 2ª Série	61	6.000	103,9% do CDI	Semestrais em 02.05 e 02.11	Parcela única em 02.05.10	Sem garantia
2ª Emissão Série Única	414	35.000	IPCA + 7% a.a.	Anualmente em 15.05	3 parcelas em 15.05.12, 15.05.13 e 15.05.14	Sem garantia
3ª Emissão Série Única	616	60.000	117% do CDI	Semestrais em 01.04 e 01.10	Parcela única em 01.04.2011	Sem garantia
4ª Emissão Série Única	403	400	110% do CDI	Semestrais em 05.05 e 05.11	5 parcelas em 05.11.11, 05.11.12, 05.11.13, 05.11.14 e 05.11.15	Sem garantia
Cana Brava 1ª Emissão Série Única	53	7.773	TJLP + 4% a.a. (*)	Semestral em 01.04 e 01.10, até 01.04.2013	Semestral, variando de 4,7027% em 01.04.08, a 7,5737% em 01.04.13	Recebíveis decorrentes da geração e comercialização de energia
Itasa						
1ª Emissão - 1ª Série e 2ª Série	34	8.400	IGPM + 9,4% a.a.	Anualmente em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série)	7 parcelas iguais, em 01.12 (1ª série) e 01.06 (2ª série) de cada ano, até 01.12.13 (1ª série), e 01.06.13 (2ª série)	Penhor dos Direitos Creditórios dos contratos de venda de energia para os seus acionistas

(*) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao valor nominal das debêntures.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe subordinação entre as dívidas da Companhia.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A Companhia está sujeita aos seguintes *covenants* (índices e limites financeiros) estabelecidos em seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures:

Empréstimos e financiamentos:

Dívida	Covenants
Tractebel Energia	
BNDES	Patrimônio Líquido / Ativo Total ≥ 30%
PPESA	
BNDES e Agentes Financiadores	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ≥ 1,3
CESS	
BNDES e Agentes Financiadores	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ≥ 1,3
Lages	
BRDE	(Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo) / Ativo Total ≤ 66%
Itasa	
BNDES e Agentes Financiadores	Patrimônio Líquido / Ativo Total ≥ 40%
Hidropower	
Banco do Brasil	(i) Patrimônio Líquido / Ativo Total ≥ 0,35 (ii) Ativo Circulante / Passivo Circulante ≥ 1,20 (iii) Margem EBITDA (EBITDA / ROL) ≥ 0,80 (iv) EBITDA / Despesa Financeira ≥ 2,70 (v) Dívida Financeira Total / EBITDA ≤ 4,0 (vi) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ≥ 1,3
Tupan	
CEF	(i) Patrimônio Líquido / Passivo Total ≥ 21% (ii) Capital Social / Ativo Imobilizado ≥ 21% (iii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ≥ 1,3

Os empréstimos contratados junto ao BNDES são formalizados mediante a celebração de contratos de financiamento mediante abertura de linha de crédito e estão sujeitos às "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES". Nos termos das "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES", adicionalmente aos *covenants* financeiros descritos na tabela acima, os tomadores de empréstimo junto ao BNDES, incluindo a Companhia, não poderão, sem a prévia autorização do BNDES: (i) conceder preferência a outros créditos; (ii) realizar amortização de ações; (iii) emitir debêntures; (iv) emitir partes beneficiárias; (v) assumir novas dívidas (observadas as ressalvas expressamente previstas nas "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES"); e (vi) alienar ou onerar bens de seu ativo permanente.

As empresas Eólica Pedra do Sal S.A. e Eólica Beberibe S.A. terão os *covenants* exigidos a partir de 30.04.2010 e a Hidrelétrica Areia Branca S.A., a partir de 30.06.2010.

Os *covenants* financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia, exceto no que se refere aos índices financeiros aplicáveis à Hidropower Energia S.A. (Hidropower), conforme esclarecimentos abaixo.

A Hidropower possui cláusulas restritivas em seu contrato de financiamento que requerem a manutenção de índices financeiros, entre eles o de liquidez corrente e de cobertura do serviço da dívida. Quando tais índices não são alcançados, a Hidropower, após ser notificada oficialmente pelo Agente Financeiro, deve proceder o aumento de capital em dinheiro, para cobrir tal insuficiência.

O passivo circulante da Hidropower encontra-se acima do nível requerido pelo contrato de financiamento, o que afeta negativamente tanto o índice de liquidez quanto o índice de cobertura do serviço da dívida. No entanto a administração não considera que haverá descumprimento de cláusula de contrato e o consequente vencimento antecipado de dívida, já que sua controladora, Tractebel Energia, manifestou formalmente que está negociando o equacionamento da situação junto ao banco e que, se necessário, capitalizará a Hidropower dentro do prazo previsto caso a mesma seja notificada pelo Agente Financeiro. Até o presente momento não houve a referida notificação prevista no contrato.

Debêntures:

Dívida	**Covenants**
Tractebel Energia	
1ª, 2ª, 3ª e 4ª Emissões	(i) EBITDA/Despesas Financeiras Consolidadas ≥ 2,0 (ii) Dívida Consolidada/EBITDA ≤ 2,5 [(a)]
Cana Brava - 1ª Emissão (Série Única)	Patrimônio Líquido / Ativo Total ≥ 30%
Itasa	
BNDES e Agentes Financiadores – 1ª Emissão	Patrimônio Líquido / Ativo Total ≥ 40%

(a) Para as debêntures da 3ª e 4ª Emissões, o *covenant* (i) poderá atingir 3,5 em caso de novos investimentos/aquisições, sendo que neste caso, o vencimento de qualquer nova dívida contraída pela Companhia deverá ocorrer somente após em data posterior ao vencimento destas emissões.

Adicionalmente aos *covenants* financeiros descritos na tabela acima, nos termos das escrituras de emissão das debêntures da Companhia, a Companhia obedece às restrições brevemente descritas a seguir (sob pena de vencimento antecipado das dívidas representadas pelas debêntures, observado os termos e condições específicos previstos nas respectivas escrituras de emissão): (i) alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia; (ii) alienação, inoperância ou paralisação prolongada ou qualquer outra forma de disposição, pela Companhia, de ativos permanentes que representem, de forma individual ou agregada, 25% da capacidade de geração de energia elétrica da Companhia, e que comprovadamente afete a capacidade econômico-financeira da Companhia; e (iii) caso a Companhia esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures, pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto na Lei das Sociedades por Ações.

Os *covenants* financeiros e restrições acima descritas, conforme estabelecidos nos documentos relativos às emissões de debêntures estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31.12.2009, a Companhia possuía, por meio de sua controlada Ibitiúva Bioenergética S.A. (Ibitiúva), financiamento contratado com o BNDES no valor total de R$ 82 milhões, dividido em 4 subcréditos: (i) Subcrédito A, no valor de R$ 34 milhões, destinado à implantação da usina e subestação; (ii) Subcrédito B, no valor de R$ 37 milhões, destinado à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais; (iii) Subcrédito C, no valor de R$ 8 milhões, destinado à implantação do sistema de transmissão de interesse restrito da usina e interligação com a rede elétrica existente; e (iv) Subcrédito D, no valor de R$ 3 milhões, destinado ao pagamento da última parcela do contrato EPC. O prazo de utilização dos recursos encerra-se em dezembro de 2010 para os subcréditos A, B e C e em junho de 2011 para o subcrédito D.

Até a data de apresentação deste documento não ocorreu desembolso financeiro de nenhum dos subcréditos.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações contábeis

Comparação dos resultados operacionais da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007

(R$ milhões)	31 de dezembro de							
	2009	% da receita	2008	% da receita	2007	% da receita	2008/2009 (%)	2007/2008 (%)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**3.886**	**-**	**3.793**	**-**	**3.338**	**-**	**2,5**	**13,6**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	**(390)**	**11,2**	**(393)**	**-11,6**	**(321)**	**-10,6**	**(0,8)**	**22,4**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	**3.496**	**100**	**3.400**	**100**	**3.017**	**100**	**2,8**	**12,7**
CUSTOS DE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS								
Energia elétrica comprada para revenda	(392)	11,2	(446)	13,1	(241)	8,0	(12,1)	85,1
Transações no âmbito da CCEE	(124)	3,5	(45)	1,3	(182)	6,0	175,6	(75,3)
Encargos de uso de rede elétrica e conexão	(263)	7,5	(235)	6,9	(206)	6,8	11,9	14,1
Custo de produção de energia elétrica	(674)	19,3	(651)	19,2	(616)	20,4	3,5	5,7
Custo dos serviços	(10)	0,3	(11)	0,3	(11)	0,4	(9,1)	-
	(1.463)	**41,8**	**(1.388)**	**40,8**	**(1.256)**	**41,6**	**5,4**	**10,5**
LUCRO BRUTO	**2.033**	**58,2**	**2.012**	**59,2**	**1.761**	**58,4**	**1,0**	**14,3**
DESPESAS OPERACIONAIS								
Despesas com vendas	(15)	0,4	(15)	0,4	(11)	0,4	-	36,4
Despesas gerais e administrativas	(163)	4,7	(162)	4,8	(130)	4,3	0,6	24,6
Provisões operacionais, líquida	(31)	0,9	(4)	0,1	(7)	0,2	-	(42,9)
Recuperação de PIS e Cofins e ganhos em ações judiciais	9	0,3	79	2,3	4	0,1		
Outras receitas (despesas) operacionais	5	0,1	-	-	(1)	-	-	(100,0)
	(195)	**5,6**	**(102)**	**3,0**	**(145)**	**4,8**	**91,2**	**(29,7)**
Resultado do serviço	**1.838**	**52,6**	**1.910**	**56,2**	**1.616**	**53,6**	**(3,8)**	**18,2**
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	87	2,5	123	3,6	101	3,3	(29,3)	21,8
Despesas financeiras	(327)	9,4	(443)	13,0	(230)	7,6	(26,2)	92,6
	(240)	**6,9**	**(320)**	**9,4**	**(129)**	**4,3**	**(25,0)**	**148,1**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS	**1.598**	**45,7**	**1.590**	**46,8**	**1.486**	**49,3**	**0,5**	**7,0**
Imposto de renda e contribuição social	(464)	13,3	(475)	14,0	(440)	14,6	(2,3)	8,0
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.134**	**32,4**	**1.115**	**32,8**	**1.046**	**34,7**	**1,7**	**6,6**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO EM R$	**1,74**	**-**	**1,71**	**-**	**1,60**	**-**		
EBITDA[1]	**2.178**	**62,3**	**2.177**	**64,0**	**1.851**	**61,3**	**-**	**17,6**

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO PARA O EBITDA [1]

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2009	**2008**	**2007**
Lucro Líquido do exercício	1.134	1.115	1.046
Depreciação e Amortização	340	267	236
Resultado Financeiro Líquido	240	320	129
Imposto de Renda e Contribuição Social	464	475	440
EBITDA[1]	**2.178**	**2.177**	**1.851**
Margem EBITDA (%)[2]	**62,3%**	**64,0%**	**61,3%**

[1] O EBITDA, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diversa da Companhia. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto sobre a renda e a contribuição social e a depreciação e amortização, o EBITDA funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

[2] EBITDA dividido pela Receita Operacional Líquida.

Análise comparativa entre os resultados dos exercícios findos em 31.12.2009 e 31.12.2008

Receita operacional bruta

No exercício de 2009, a receita operacional bruta alcançou R$ 3.886 milhões, 2,5% superior àquela auferida em 2008, que foi de R$ 3.793 milhões. A evolução ocorreu em função, substancialmente, do que segue: (i) redução de R$ 231 milhões na receita de transações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), conforme descrito a seguir em item específico; (ii) incremento de R$ 26 milhões na receita de exportação de energia para a Argentina e o Uruguai; (iii) ganho de R$ 35 milhões em razão do acordo com o Consórcio São Salvador para a compensação de atrasos na conclusão de unidades geradoras da Usina Hidrelétrica São Salvador; e (iv) aumento de R$ 265 milhões derivado do aumento do preço médio de venda em 7,7%, desconsiderando-se as exportações, cujos preços são voláteis e distorcem a análise de preços médios, de R$ 112,46/MWh para R$ 121,11/MWh, efeito que já embute a mudança na composição do portfólio de vendas da Companhia resultando na diminuição dos volumes vendidos por meio de contratos bilaterais para distribuidoras, comercializadoras e clientes livres e no correspondente aumento dos volumes vendidos para o *pool* de distribuidoras nos leilões com início de fornecimento em 1º de janeiro de 2009. Alternativamente, é correto afirmar que o crescimento da receita decorrente das vendas das empresas adquiridas ou que entraram em operação comercial durante ou após 2008 foi de R$ 131 milhões, considerando neste montante a indenização citada no item (iii) acima.

Deduções da receita operacional

No ano de 2009, as deduções alcançaram R$ 390 milhões, valor pouco inferior ao de 2008, que foi de R$ 393 milhões, correspondendo a respectivamente 10,2% e 10,5% da receita bruta, excluída a exportação, sobre a qual não incide PIS, Cofins e ICMS. A variação dos saldos justifica-se basicamente (i) pela elevação do PIS e Cofins no montante de R$ 33 milhões devido à mudança do sistema cumulativo (alíquota a 3,65%) para o não cumulativo (alíquota a 9,25%, mas com direito a crédito sobre determinadas transações) sobre os contratos com preços pré-determinados encerrados ao longo de 2008 e 2009; e (ii) pela queda do ICMS no valor de R$ 37 milhões, motivada pela redução do volume de vendas para consumidores industriais, transações em que há incidência de ICMS.

Receita líquida de vendas e serviços

No exercício de 2009, a receita operacional líquida alcançou o valor de R$ 3.496 milhões, 2,8% acima do registrado em 2008, que foi de R$ 3.400 milhões. O aumento apresentado está diretamente relacionado ao comportamento da receita operacional bruta e das deduções da receita operacional, conforme anteriormente mencionado.

No acumulado do ano, o preço médio passou de R$ 100,65/MWh em 2008 para R$ 108,81/MWh em 2009, representando crescimento de 8,1%. Os referidos aumentos refletem o reajuste dos preços dos contratos existentes e os preços dos novos contratos, principalmente aqueles com os consumidores livres e com o *pool* de distribuidoras, conforme anteriormente mencionado.

Custos de energia elétrica e serviços

No exercício de 2009, os custos cresceram 5,4% em relação a 2008, atingindo R$ 1.463 milhões e R$ 1.388 milhões, respectivamente. Esta variação decorreu, principalmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda: decréscimo foi de R$ 54 milhões, devido basicamente à combinação dos seguintes fatores: (i) redução de 1.325 GWh (151 MW médios) da quantidade de energia comprada, consequência queda das vendas a consumidores livres, e do menor volume de venda para comercializadoras, em decorrência da perda de atratividade derivada do menor Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) registrado durante o exercício em análise, R$ 38,74/MWh versus R$ 98,51/MWh no ano de 2008; e (ii) aumento do preço médio dos contratos de compra em 19,1%. Uma considerável parte destes contratos de compra foi assinada anos atrás, portanto não guardando relação com o PLD mais baixo observado em 2009, possibilitando à Companhia vender produto de 30 anos no leilão de energia "botox" com início de entrega em 2009 a preços atrativos

Transações no âmbito da CCEE: redução de R$ 79,0 milhões em 2009, conforme comentado a seguir em item específico.

Encargos de uso de rede elétrica e conexão: aumento de R$ 28 milhões no ano de 2009, em razão principalmente da incidência dos referidos encargos devidos pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.

Custo de produção de energia elétrica: aumento de R$ 23 milhões em razão das considerações a seguir:

- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** queda de R$ 66 milhões refletindo principalmente a combinação dos seguintes fatores: (i) consumo de óleo diesel nas UTE William Arjona e Alegrete, no valor de R$ 92 milhões em 2008 e inexpressivo em 2009, em virtude (i.i) do despacho em 2008 destas usinas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com o objetivo de manter a segurança energética do sistema elétrico e devido às baixas afluências verificadas em determinados períodos daquele ano (estes custos foram compensados pelo aumento da receita na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), conforme descrito em item específico), e (i.ii) da exportação, também em 2008, de energia para a Argentina e Uruguai por meio da UTE Alegrete; (ii) consumo de carvão no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda para geração de energia para exportação no montante de R$ 32 milhões no ano de 2009 e inexpressivo em 2008; e (iii) redução de R$ 6 milhões pelo ajuste no custo da biomassa utilizada para a geração de energia da Unidade de Cogeração Lages.
- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** redução de R$ 2 milhões em decorrência principalmente da combinação do menor volume de geração hidrelétrica, ocasionado pela estiagem que atingiu a Região Sul do país no segundo trimestre de 2009, com o reajuste tarifário anual.
- **Pessoal:** aumento de R$ 4 milhões, justificado pelo reajuste salarial e de benefícios.
- **Materiais e serviços de terceiros:** acréscimo de R$ 9 milhões no ano de 2009, em razão principalmente das despesas com materiais e serviços incorridas pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.

- **Depreciação e amortização:** aumento de R$ 75 milhões em 2009, em razão substancialmente da depreciação dos ativos das empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.

Detalhamento das operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente estes elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e, naturalmente, (v)da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD).

No exercício de 2009, o resultado líquido foi uma despesa de R$ 59 milhões contra uma receita líquida, no ano anterior, de R$ 251 milhões, ou seja, uma variação negativa no resultado de R$ 310 milhões entre os anos analisados. Esta variação decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

I. houve uma deterioração de R$ 27 milhões no resultado com o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que se transformou de uma receita líquida de R$ 12 milhões em 2008 em uma despesa líquida de R$ 14 milhões em 2009, em razão da redução de 3,4% na geração hidrelétrica da Companhia em 2009, causada pelos menores índices pluviométricos que em 2008. Parte deste aumento foi compensada por menor despesa com royalties, conforme descrito no item compensação financeira pela utilização de recursos hídricos". Esclarecimentos sobre o saldo positivo de R$ 239 milhões para o resultado da CCEE em 2008 e o saldo negativo de R$ 45 milhões em 2009, estão nos incisos II e III a seguir, respectivamente;

II. ao longo do ano de 2008, ocorreram grandes oscilações no PLD. Consequência da oportuna estratégia de alocação de energia assegurada anual das hidrelétricas, de uma maneira geral as posições vendedoras foram liquidadas em meses em que o PLD ficou elevado, enquanto que as posições compradoras recaíram sobre meses com PLD baixo. Os efeitos decorrentes desta combinação de resultados mensais foram os principais responsáveis pelos R$ 239 milhões mencionados no inciso I acima; e

III. em 2009, com a combinação do baixo PLD médio e da menor necessidade de geração fora da ordem de mérito, verificou-se a redução de 22,8% na geração termelétrica da Companhia, conforme comentado no item produção. Tal redução contribuiu para uma maior posição compradora ou menor posição vendedora na CCEE, dependendo do mês. Além de mais baixo, o PLD apresentou desvio-padrão bem inferior ao longo de 2009, reduzindo o potencial de ganho (e perda) decorrente da citada estratégia de alocação. Adicionalmente, as posições compradoras foram mais significativas nos meses em que o PLD foi um pouco mais elevado. Estes efeitos foram os principais responsáveis pelos R$ 45 milhões mencionados no inciso I acima.

Lucro bruto

No exercício de 2009 o lucro bruto da Companhia foi de R$ 2.033 milhões, 1,0 % superior ao apresentado em 2008, reflexo das variações explicadas nos subitens "Receita operacional bruta" e "Custos de energia elétrica e serviço".

Despesas operacionais

Despesas gerais e administrativas

No ano de 2009, as despesas gerais e administrativas aumentaram ligeiramente, de R$ 162 milhões para R$ 163 milhões, em decorrência principalmente da combinação do seguinte: (i) crescimento das despesas com pessoal de R$ 5 milhões devido ao reajuste de salários e benefícios anuais; (ii) redução de R$ 3 milhões das despesas com contribuições e doações; e (iii) queda de R$ 2 milhões da despesa com depreciação e amortização.

Provisões operacionais, líquidas

Em 2009, as despesas foram de R$ 31 milhões, ou seja, R$ 27 milhões superiores às de 2008, que foram de R$ 4,0 milhões. A variação deve-se principalmente à combinação dos seguintes fatores: (i) provisão para contingências cíveis de R$ 30 milhões decorrente, substancialmente, do pleito de revisão de benefícios de aposentadoria pelas fundações de previdência privada patrocinadas pela Companhia; (ii) complemento da provisão anual para benefício pós-emprego de R$ 20 milhões; e (iii) reversão de provisão para contingências trabalhistas e fiscais de R$ 23 milhões, devido a trânsito em julgado favorável e acordos realizados em ações judiciais.

Recuperação de PIS e Cofins e ganhos em ações judiciais

No exercício de 2008, a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 76 milhões referente à recuperação de PIS e Cofins recolhidos indevidamente em períodos anteriores. Este montante refere-se, substancialmente, aos referidos impostos pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fósseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que, de acordo com a orientação contida em despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a partir de novembro de 2005 deixaram de ser reconhecidos como receita operacional e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica. Já no exercício de 2009, a Companhia registrou ganho não recorrente de R$ 9 milhões resultante de acordo judicial relativo à rescisão do contrato de construção da usina de biomassa São João.

Resultado do serviço

No exercício de 2009, o resultado do serviço foi de R$ 1.838 milhões, 3,8% inferior ao apresentado no ano de 2008, resultado das variações acima descritas nos subitens "Lucro bruto" e "Despesas operacionais".

Resultado financeiro

Receitas financeiras

No ano de 2009, as receitas financeiras foram de R$ 87 milhões, R$ 36 milhões inferiores às de 2008, que foram de R$ 123 milhões, em função substancialmente do que segue: (i) queda de R$ 23 milhões na renda de aplicações financeiras devido à menor taxa de juros do mercado em 2009, um estímulo ao aumento de consumo para mitigar os reflexos da crise mundial; (ii) decréscimo da variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios, no valor de R$ 4 milhões, em razão, basicamente, da menor taxa Selic entre os períodos comparados; e (iii) redução de R$ 9 milhões na variação monetária sobre contas a receber de longo prazo, em virtude da suspensão da atualização dos valores a receber.

Despesas financeiras

No exercício de 2009, as despesas financeiras caíram R$ 116 milhões, passando de R$ 443 milhões em 2008 para R$ 327 milhões em 2009 em razão, principalmente, da combinação dos efeitos a seguir descritos: (i) ganho cambial não realizado de R$ 158 milhões sobre os empréstimos e financiamentos resultante da desvalorização do dólar e do euro frente ao real; (ii) acréscimo de R$ 93 milhões nos encargos de dívida, em decorrência essencialmente dos encargos sobre as dívidas das empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008, no valor de R$ 54 milhões, e sobre a 3ª e 4ª emissões de debêntures da Companhia, no montante de R$ 50 milhões, e da redução de R$ 9 milhões dos encargos das notas promissórias da 3ª emissão quitadas em 2009; (iii) queda de R$ 77 milhões na variação monetária de dívidas, devido, principalmente, à menor variação do IGP-M e do IPCA em 2009 em relação a 2008; e (iv) perda de R$ 19 milhões na remuneração do Bônus do Tesouro dos Estados Unidos garantidores do empréstimo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Imposto de renda e contribuição social

A despesa recuou de R$ 475 milhões em 2008 para R$ 464 milhões em 2009, valores correspondentes a, respectivamente, 29,8% e 29,0% do lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social.

Lucro líquido do exercício

No exercício de 2009, o lucro líquido atingiu R$ 1.134,4 milhões, 1,7% superior ao do ano anterior, que foi de R$ 1.115,2 milhões, e representou R$ 1,74 por ação. Excluindo-se os efeitos, líquidos de impostos, da indenização não recorrente reconhecida em 2009 em decorrência da rescisão do contrato de construção da usina de biomassa São João, de R$ 5,5 milhões, e da receita também não recorrente de R$ 50,4 milhões reconhecida em 2008 relativa à recuperação do PIS e Cofins recolhidos indevidamente em anos anteriores, o lucro líquido do ano em análise seria superior em 6,0% em relação ao do exercício anterior.

EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos cima mencionados, o EBITDA foi de R$ 2.178 milhões no exercício de 2009, ligeiramente superior ao registrado no ano de 2008, que foi de R$ 2.177 milhões. A margem EBITDA em 2009 alcançou 62,3%, enquanto a de 2008 foi de 64,0%.

Análise comparativa entre os resultados dos exercícios findos em 31.12.2008 e 31.12.2007

Receita operacional bruta

No exercício de 2008, a receita operacional bruta alcançou R$ 3.793 milhões, 13,6% superior àquela auferida em 2007, que foi de R$ 3.338 milhões. A evolução ocorreu em razão: (i) do aumento do preço médio da energia vendida em 14,8%, crescendo de R$ 97,84/MWh no ano de 2007 para R$ 112,31/MWh no exercício de 2008; (ii) da redução de 6,5% na quantidade de energia vendida, passando de 32.800 GWh (3.744 MW médios) para 30.661 GWh (3.491 MW médios), devido à redução da garantia física de determinadas usinas termelétricas, conforme imposto pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e à perda da autorização da Aneel para comercialização do lastro referente ao contrato de importação de 300 MW de potência com energia associada da Companhia de Interconexão Energética (Cien); (iii) do crescimento de R$ 257 milhões na receita de transações com a CCEE, conforme comentado no item "Detalhamento das Operações na CCEE" a seguir; (iv) da redução da exportação de energia para a Argentina e o Uruguai em R$ 135 milhões, correspondentes a 947,6 GWh; e (v) do ingresso de receitas pela venda da energia gerada na UHE Ponte de Pedra no valor de R$ 98 milhões, a qual está refletida na composição do preço médio e na variação do volume vendido em 2008 acima mencionadas.

Cabe considerar que, com exceção da PPESA, as receitas decorrentes das empresas adquiridas no final de 2008, quais sejam, as Eólicas Beberibe e Pedra do Sal, a Hidropower e a Tupan, não resultaram em efeitos relevantes na receita operacional bruta.

Deduções da receita operacional

No ano de 2008, as deduções alcançaram R$ 393 milhões, valor 22,4% superior ao verificado em 2007, que foi de R$ 321 milhões. Este acréscimo decorreu, substancialmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) crescimento de 13,6% na receita operacional bruta; (ii) aumento do PIS e Cofins em função do vencimento de contratos de venda que estavam sob o regime de tributação cumulativo, à alíquota de 3,65%, e a sucessiva contratação desta energia sob o regime não cumulativo, à alíquota de 9,25%; e (iii) redução da exportação de energia, sobre a qual não incide ICMS, PIS e Cofins.

Receita líquida de vendas e serviços

No exercício de 2008, a receita líquida alcançou o valor de R$ 3.400 milhões, 12,7% acima do registrado em 2007, que foi de R$ 3.017 milhões. Os aumentos apresentados nestes períodos estão diretamente relacionados ao crescimento da receita operacional bruta e das deduções da receita operacional.

No acumulado do ano, o preço líquido de venda passou de R$ 88,16/MWh, em 2007, para R$ 100,65/MWh, em 2008, representando crescimento de 14,2%, reflexo, substancialmente, do crescimento da receita operacional bruta e das deduções da receita operacional, além do incremento dos preços praticados para consumidores livres.

Custos de energia elétrica e serviços

No exercício social encerrado em 31.12.2008, os custos cresceram 10,5% em relação a 2007, atingindo R$ 1.388 milhões contra R$ 1.256 milhões no exercício social encerrado em 31.12.2007. A variação acima referida decorreu, principalmente, do exposto a seguir:

Energia elétrica comprada para revenda: incremento de R$ 205 milhões em consequência da ampliação de 25,7% da quantidade de energia comprada para revenda e do aumento de 47,1% do preço médio em decorrência de maiores preços praticados nos novos contratos. Este percentual está em linha com o incremento de PLD médio de 2008, aproximadamente 40% superior ao de 2007.

Transações no âmbito da CCEE: redução de R$ 137 milhões no exercício social encerrado em 31.12.2008, conforme comentado a seguir em item específico.

Encargos de uso de rede elétrica e conexão: aumento de R$ 29 milhões no ano de 2009, decorrente, principalmente, do reajuste tarifário anual e, secundariamente, do ingresso de R$ 11 milhões relativos aos encargos incorridos pela PPESA.

Custo de produção de energia elétrica: aumento de R$ 35 milhões em razão das considerações a seguir:

- **Combustíveis para produção de energia elétrica:** queda de R$ 23 milhões, refletindo, principalmente, a combinação dos seguintes fatores: (i) ingresso de R$ 92 milhões decorrente do consumo de óleo diesel na UTE William Arjona e Alegrete, em virtude (a) do despacho das usinas pelo ONS com objetivo de manter a segurança energética do sistema elétrico do País e devido às baixas afluências verificadas em determinados períodos do ano (tais custos foram compensados pelo aumento da receita na CCEE, e (b) da exportação de energia para a Argentina e Uruguai por meio da UTE Alegrete; (ii) queda de R$ 104 milhões no consumo do carvão, combustível utilizado na geração de energia para exportação, verificada no ano de 2007; e (iii) redução de R$ 15 milhões no consumo de gás natural em virtude da suspensão de seu fornecimento a UTE William Arjona, conforme anteriormente comentado;
- **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** aumento de R$ 4 milhões devido, principalmente, ao reajuste anual e aos efeitos decorrentes da incorporação da UHE Ponte de Pedra.
- **Pessoal:** aumento de R$ 13 milhões, justificado pelo reajuste salarial anual e de benefícios adicionais concedidos aos empregos decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho da categoria, além de aumento do quadro de funcionários consistente com o crescimento da Companhia.
- **Materiais e serviços de terceiros:** acréscimo de R$ 11 milhões no ano de 2008, em função, principalmente, das despesas com materiais e serviços necessários a manutenção das unidades da Companhia e das incorridas pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante e após 2008.
- **Depreciação e amortização:** aumento de R$ 28 milhões em razão do ingresso da depreciação dos ativos da PPESA.

Detalhamento das operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou na rubrica de despesa. Em razão de ajustes na estratégia de comercialização da Companhia, verificou-se nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. A Companhia, o agente principal dentre os que fazem parte do consolidado, realizou, em 2007, dois registros na receita e 10 registros na despesa. Em 2008, nove registros foram realizados na receita e três na despesa. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do MRE; (ii) do chamado "risco de submercado"; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco - CAR; (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema - ESS, que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v) da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao PLD.

No exercício de 2008, a receita líquida auferida foi de R$ 251 milhões contra uma despesa, no ano anterior, de R$ 143 milhões, ou seja, um impacto positivo no resultado de R$ 394 milhões entre os anos analisados.

Os efeitos positivos no resultado da Companhia entre os anos comparados foram resultantes, principalmente, da combinação dos seguintes fatores:

- aprimoramento, em 2008, da estratégia de comercialização, da qual faz parte a alocação mensal da energia assegurada anual das usinas. Tal estratégia, amparada pela maior volatilidade do PLD, permitiu à Companhia auferir resultados expressivos, principalmente nos meses de janeiro e fevereiro de 2008;
- despacho fora da ordem de mérito das UTE William Arjona e Alegrete, substancialmente nos meses de fevereiro e março de 2008, para segurança energética do sistema elétrico brasileiro, por diretriz estabelecida pelo CMSE. Parte do aumento dessa receita, entretanto, foi compensada com o aumento no custo com o consumo de combustível utilizado na geração dessa energia; e
- redução da exposição na CCEE no exercício social encerrado em 31.12.2008, em comparação à exposição do ano anterior, devido principalmente (i) à perda do lastro de Cien e da redução das garantias físicas de usinas termelétricas impostas pelo MME, conforme anteriormente comentados no item referente à receita operacional bruta; (ii) ao fato de a geração termelétrica a carvão no ano de 2008 ter sido totalmente direcionada ao SIN, enquanto que no ano anterior parte dessa energia foi destinada à exportação; (iii) à intensificação de compra de energia no segundo semestre de 2008, como parte da estratégia de comercialização da Companhia; e (iv) à redução no consumo de consumidores industriais verificada principalmente no mês de dezembro de 2008.

Lucro bruto

No exercício social encerrado em 31.12.2008, o lucro bruto da Companhia foi de R$ 2.012 milhões, 14,3 % superior ao relativo ao ano de 2007, reflexo das variações explicadas nos subitens "Receita operacional bruta" e "Custos de energia elétrica e serviço".

Despesas operacionais

Despesas gerais e administrativas

No ano de 2008, essas despesas passaram de R$ 130 milhões para R$ 162 milhões, evolução de 24,6%, em decorrência, principalmente, do seguinte: (i) aumento de R$ 12 milhões em serviços de terceiros relativos principalmente a consultorias de gestão, emissão de notas promissórias, novos negócios, recursos humanos, tributárias, legais, entre outras; (ii) crescimento nas despesas com pessoal de R$ 4 milhões devido ao reajuste salarial anual e benefícios adicionais concedidos aos empregados decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho da categoria; (iii) incremento de R$ 3 milhões na depreciação e amortização; e (iv) evolução de R$ 13 milhões decorrentes de acordos judiciais e contribuições pagos.

Recuperação de PIS e Cofins e ganhos em ações judiciais

No exercício de 2008, mais precisamente no primeiro trimestre de 2008, a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 76 milhões, relativa à recuperação de PIS e Cofins recolhidos indevidamente em períodos anteriores. Este montante refere-se, substancialmente, aos referidos impostos pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fósseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que, de acordo com a orientação contida em despacho da Aneel, deixaram de ser reconhecidos como receita operacional em novembro de 2005 e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica.

Resultado do serviço

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o resultado do serviço foi de R$ 1.910 milhões, 18,2% superior ao do ano de 2007, resultado das variações descritas nos subitens "Lucro bruto" e "Despesas operacionais".

Resultado financeiro

Receitas financeiras

No ano de 2008, houve majoração da receita em R$ 22 milhões, principalmente em razão dos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 17 milhões na renda de aplicações financeiras, já incluindo o valor de R$ 5 milhões referentes à receita gerada pelas aplicações financeiras da PPESA; (ii) crescimento da variação monetária sobre depósitos vinculados a litígios, no valor de R$ 3 milhões, em razão da variação dos índices de atualização e do maior volume de depósitos realizados; e (iii) incremento de R$ 2 milhões na variação monetária sobre contas a receber de longo prazo.

Despesas financeiras

No exercício de 2008 houve majoração das despesas em R$ 213 milhões quando comparado ao ano de 2007. Esse crescimento é decorrente, principalmente, dos seguintes fatores: (i) aumento de R$ 113 milhões na despesa de variação cambial de empréstimos e financiamentos, líquida de R$ 22 milhões de receita de operação de *hedge* cambial, ainda existente em 2007, em razão da substancial valorização do dólar e do euro frente ao real; (ii) acréscimo de R$ 63 milhões nos encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e da concessão da Aneel, decorrente, substancialmente, dos encargos de R$ 33 milhões sobre as já citadas notas promissórias e de R$ 37 milhões sobre os empréstimos e financiamentos da PPESA; (iii) aumento de R$ 50 milhões na variação monetária de dívidas, devido, principalmente, à grande variação do IPCA e do IGPM em 2008 e ao ingresso de R$ 16 milhões da variação monetária sobre a concessão Aneel da PPESA; e (iv) redução de R$ 19 milhões nas despesas com CPMF.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício de 2008, houve um acréscimo de R$ 35 milhões nas despesas com pagamento de imposto de renda e contribuições sociais, quando comparado ano de 2007. Esse aumento é decorrente, principalmente, do crescimento do resultado antes dos tributos.

Lucro líquido do exercício

No exercício de 2008, o lucro líquido atingiu R$ 1.115 milhões, 6,6% superior aos R$ 1.046 milhões atingidos no ano de 2007, representando R$ 1,71 por ação.

Excluindo-se os efeitos, líquidos de impostos, decorrentes do incremento da variação cambial de R$ 75 milhões e da redução do resultado da exportação de R$ 36 milhões, entre os exercícios de 2007 e 2008, bem como a receita decorrente da recuperação de PIS e Cofins de R$ 50 milhões no ano de 2008, o lucro do ano de 2008 teria crescido em 13,2% em relação a 2007.

EBITDA e Margem EBITDA

No ano de 2008, o EBITDA foi de R$ 2.177 milhões, 17,6% superior aos R$ 1.851 milhões de 2007. A margem EBITDA em 2008 alcançou 64,0%, enquanto a margem EBITDA alcançada em 2007 foi de 61,3%.

Comparação entre os balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2009, 2008 e 2007

	(R$ milhões)							
	2009	%	2008	%	2007	%	2008/2009 (%)	2007/2008 (%)
ATIVO								
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	1.255	13,0	420	5,0	794	12,0	198,8	(47,1)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	435	4,5	388	4,7	350	5,3	12,1	10,9
Tributos e contribuições sociais a compensar	73	0,8	27	0,3	11	0,2	170,4	145,5
Estoques	45	0,5	59	0,7	50	0,8	(23,7)	18,0
Cauções e depósitos vinculados	33	0,3	1	-	20	0,3	3.200,0	(95,0)
Ativo fiscal diferido	16	0,2	15	0,2	12	0,2	6,7	25,0
Outros	32	0,3	48	0,6	27	0,4	(33,3)	77,8
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	**1.889**	**19,6**	**958**	**11,5**	**1.264**	**19,2**	**97,2**	**(24,2)**
ATIVO NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Tributos e contribuições sociais a compensar	74	0,8	107	1,3	24	0,4	(30,8)	345,8
Cauções e depósitos vinculados	64	0,7	25	0,3	32	0,5	156,0	(21,9)
Depósitos judiciais	168	1,7	161	1,9	151	2,3	4,3	6,6
Alienação de bens e direitos	87	0,9	69	0,8	81	1,2	26,1	(14,8)
Ativo fiscal diferido	223	2,3	208	2,5	204	3,1	7,2	2,0
Outros	22	0,1	18	0,2	8	0,1	22,2	125,0
	638	**6,5**	**588**	**7,0**	**500**	**7,6**	**8,5**	**17,6**
Investimentos	34	0,4	31	0,4	31	0,5	9,7	-
Imobilizado	6.978	72,3	6.638	79,6	4.725	71,6	5,1	40,5
Intangível e diferido (em 2007)	115	1,2	127	1,5	78	1,1	(9,4)	62,8
	7.127	**73,9**	**6.796**	**81,5**	**4.834**	**73,2**	**5,4**	**103,3**
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	**7.765**	**80,4**	**7.384**	**88,5**	**5.334**	**80,8**	**13,9**	**120,9**
TOTAL	**9.654**	**100,0**	**8.342**	**100,0**	**6.598**	**100,0**	**15,7**	**26,4**

	31 de dezembro de							
	(R$ milhões)							
	2009	%	2008	%	2007	%	2008/2009 (%)	2007/2008 (%)
PASSIVO								
PASSIVO CIRCULANTE								
Fornecedores	246	2,5	212	2,5	274	4,2	16,0	(22,6)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	251	2,6	155	1,9	533	8,1	61,9	(70,9)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	348	3,6	733	8,8	178	2,7	(52,5)	311,8
Tributos e contribuições sociais	412	4,3	404	4,8	341	5,2	2,0	18,5
Partes Relacionadas	-	-	221	2,6	-	-	-	-
Obrigações com o programa de P&D	48	0,5	60	0,7	47	0,7	(20,0)	27,7
Concessões a pagar	37	0,4	2	-	2	-	1.750,0	-
Benefícios pós-emprego	26	0,3	22	0,3	18	0,3	18,2	22,2
Outros	120	1,3	103	1,3	87	1,2	16,5	18,4
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	**1.488**	**15,5**	**1.912**	**22,9**	**1.480**	**22,4**	**(22,2)**	**29,2**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.067	31,8	2.246	26,9	1.636	24,8	36,6	37,3
Concessões a pagar	920	9,5	557	6,7	234	3,5	65,2	138,0
Benefícios pós-emprego	359	3,7	322	3,9	310	4,7	11,5	3,9
Outros	139	1,4	134	1,6	121	1,9	3,7	10,7
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**4.485**	**46,4**	**3.259**	**39,1**	**2.301**	**34,9**	**37,6**	**41,6**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	2.446	25,3	2.446	29,3	2.446	37,1	-	-
Reservas de capital	92	1,0	92	1,1	92	1,4	-	-
Reservas de lucros	1.143	11,8	633	7,6	279	4,2	80,6	126,9
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**3.681**	**38,1**	**3.171**	**38,0**	**2.817**	**42,7**	**16,1**	**12,6**
TOTAL	**9.654**	**100,0**	**8.342**	**100,0**	**6.598**	**100,0**	**15,7**	**26,4**

Análise comparativa entre os balanços patrimoniais de 31.12.2009 e 31.12.2008

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

O aumento decorre, substancialmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R$ 1.416 milhões; (ii) aplicação de recursos no imobilizado de R$ 316 milhões; (iii) captação de recursos de terceiros, líquido da amortização de débitos, de R$ 236 milhões; e (iv) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R$ 495 milhões.

Consumidores, concessionárias e permissionárias

O crescimento deve-se, basicamente, ao aumento do preço de venda da energia e aos valores a receber relativos às vendas das empresas adquiridas ou que entraram em operação em 2009.

Tributos e contribuições sociais a compensar

O aumento ocorreu, principalmente, em função da transferência do realizável a longo prazo de créditos de PIS e Cofins sobre a aquisição de bens do ativo imobilizado, devido à entrada em operação da UHE São Salvador e, em consequência, o início do direito de compensação desses créditos.

Estoques

A redução deve-se ao menor estoque de matéria prima e insumos para a produção de energia elétrica.

Cauções e depósitos vinculados

O crescimento deve-se à elevação dos depósitos compulsórios em garantias das transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Outros

A principal razão da queda foi a transferência para o realizável a longo prazo dos valores a receber pela venda do Projeto Jacuí, em virtude da mudança na expectativa de realização do crédito para o longo prazo devido a inadimplência do devedor.

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Tributos e contribuições sociais a compensar

A redução de R$ 33 milhões foi motivada principalmente pela transferência para o ativo circulante dos créditos de PIS e Cofins sobre a aquisição de bens do ativo imobilizado, conforme acima mencionado.

Cauções e depósitos vinculados

O acréscimo deve-se, basicamente, a constituição de conta reserva para a garantia do pagamento dos serviços do financiamento da UHE São Salvador pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e agentes financiadores.

Depósitos judiciais

O crescimento corresponde, principalmente, à combinação da atualização monetária, de novos depósitos e da baixa de valores resgatados ou levantados pelos beneficiários.

Imobilizado

A variação decorre do seguinte: (i) aquisições no montante de R$ 669 milhões, dos quais R$ 456 milhões correspondem a UHE São Salvador, incluindo o direito de concessão de R$ 352 milhões, R$ 52 milhões à obra da UTE Destilaria Andrade, R$ 35 milhões à construção da PCH Areia Branca e R$ 111 milhões a obras para manter a confiabilidade e segurança do sistema de geração das usinas da Companhia; (ii) depreciação e amortização de R$ 327 milhões; e (iii) baixas de R$ 2 milhões.

Passivo circulante

Fornecedores

O acréscimo deve-se, principalmente, (i) ao maior encargo de uso de rede elétrica em função da entrada em operação da UHE São Salvador e aos reajustes de preço; e (ii) a elevação do fornecimento de materiais e serviços em razão da construção da UTE Destilaria Andrade e da Pequena Central Hidrelétrica Areia Branca.

Dividendos e juros sobre capital próprio

O incremento ocorreu em razão dos dividendos relativos ao ano de 2008 terem sido integramente pagos dentro daquele exercício na forma de dividendos intercalares, enquanto que no ano de 2009 restou um saldo de dividendos complementares referentes a 2009, de R$ 82 milhões, a serem pagos em 2010.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

A redução ocorreu pelos seguintes fatores: (i) emissão de notas promissória no valor de R$ 309 milhões, quitadas posteriormente com os recursos decorrentes da terceira emissão de debêntures da Companhia; (ii) transferência do passivo não circulante de R$ 303 milhões; (iii) encargos financeiros de R$ 206 milhões; e (iv) pagamentos de juros e amortizações de R$ 1.203 milhões.

Partes relacionadas

Em 31.12.2008, o saldo de R$ 221 milhões refere-se ao valor a pagar a empresa ligada SESA BidCo Ltd. pela aquisição das empresas Areia Branca, Beberibe., Pedra do Sal e Econergy Brasil Serviços Corporativos, o qual foi liquidado no início de 2009.

Concessões a pagar

O aumento deve-se ao registro do montante de R$ 38 milhões relativo ao direito de concessão a pagar da UHE São Salvador, da transferência do passivo não circulante de R$ 12 milhões e dos pagamentos de R$ 15 milhões.

Outros

O crescimento ocorreu, basicamente, nas contas de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos, obrigações trabalhistas e provisão para contingências.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O aumento é composto dos seguintes fatores: (i) captação de recursos mediante financiamento e emissão de debêntures no valor de R$ 1.096 milhões; (ii) transferência para o circulante de R$ 303 milhões; (iii) encargos financeiros de R$ 99 milhões; e (iv) ganho de variação cambial de R$ 70 milhões.

Concessões a pagar

O incremento decorre do registro do valor de R$ 314 milhões relativo ao direito de concessão da UHE São Salvador, dos juros e variação monetária de R$ 61 milhões e da transferência para o circulante de R$ 12 milhões.

Benefícios pós-emprego

O crescimento deve-se ao que segue: (i) juros do passivo atuarial de R$ 129 milhões; (ii) rendimento dos ativos do plano de R$ 82 milhões; (iii) amortização de perdas atuariais de R$ 24 milhões; e (iv) contribuição da patrocinadora de R$ 30 milhões.

Patrimônio líquido

O acréscimo decorreu do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2009 de R$ 1.134 milhões e da destinação de R$ 624 milhões deste lucro para a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio.

Análise comparativa entre os balanços patrimoniais de 31.12.2008 e 31.12.2007

Ativo circulante

Caixa e equivalentes de caixa

A redução decorre da combinação dos seguintes fatores: (i) recursos provenientes das atividades operacionais de R$ 1.637 milhões; (ii) aquisição de investimentos de R$ 831 milhões; (iii) aplicação de recursos no imobilizado e intangível de R$ 467 milhões; (iv) captação de recursos de terceiros, liquido da amortização de débitos, de R$ 397 milhões; e (v) pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio de R$ 1.110 milhões.

Consumidores, concessionárias e permissionárias

O incremento decorre, principalmente, do aumento do preço de venda da energia e aos valores a receber referentes às vendas das empresas adquiridas em 2008.

Tributos e contribuições sociais a compensar

O aumento refere-se, basicamente, ao reconhecimento dos créditos de PIS e Cofins sobre a aquisição de bens do ativo imobilizado sobre a construção da UHE São Salvador.

Estoques

O crescimento corresponde a um maior estoque de matéria prima e insumos para a produção de energia elétrica.

Cauções e depósitos vinculados

A redução deve-se à substituição dos depósitos em garantia do pagamento dos serviços da dívida por fianças bancárias.

Outros

A elevação ocorreu em função, principalmente, da transferência para o circulante de valores a receber pela venda do Projeto Jacuí, vencíveis em 2008.

Ativo não circulante

Realizável a longo prazo

Tributos e contribuições sociais a compensar

O aumento deve-se, principalmente, ao reconhecimento dos créditos de PIS e Cofins sobre a aquisição de bens do ativo imobilizado sobre a construção da UHE São Salvador, conforme acima mencionado.

Depósitos judiciais

O aumento decorre da combinação da atualização monetária, de novos depósitos judiciais e da baixa de valores resgatados ou levantados pelos beneficiários.

Imobilizado

A variação deve-se ao que segue: (i) aquisições no montante de R$ 2.248 milhões, dos quais R$ 289 milhões correspondem à construção da UHE São Salvador, R$ 1.137 milhões à compra da UHE Ponte de Pedra, R$ 737 milhões às aquisições da Tupan, Hidropower, Areia Branca, Beberibe e Pedra do Sal, R$ 10 milhões à construção da UTE Destilaria Andrade e R$ 75 milhões a obras para manter a confiabilidade e segurança do sistema de geração e modernização das usinas da Companhia; (ii) depreciação e amortização de R$ 249 milhões; e (iii) baixa de ativos e transferência para o realizável do PIS e Cofins sobre aquisições relativas à construção da UHE São Salvador, no valor de R$ 86 milhões.

Passivo circulante

Fornecedores

A redução decorre, principalmente, da queda do fornecimento de carvão para produção de energia elétrica e de materiais e serviços.

Dividendos e juros sobre capital próprio

A queda deve-se à redução no ano de 2008 ante a 2007 dos dividendos e juros sobre o capital propostos em 2008 em relação a 2007, passando 95% para 68% do lucro líquido do exercício.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

O aumento ocorreu pelos seguintes fatores: (i) emissão de notas promissórias e empréstimos no valor de R$ 417 milhões; (ii) empréstimos e financiamentos de empresas adquiridas no valor de R$ 96 milhões; (iii) transferência do não circulante de R$ 179 milhões; (iv) juros de R$ 178 milhões; (v) variações monetárias e cambiais de R$ 14 milhões; e (vi) pagamento de juros e amortizações de R$ 329 milhões.

Tributos e contribuições sociais

O crescimento corresponde, em grande parte, ao maior valor do imposto de renda e da contribuição social em razão do aumento do lucro líquido de exercício de 2008 e dos juros sobre o capital próprio creditados em dezembro de 2008.

Partes relacionadas

Em 31.12.2008, o saldo de R$ 221 milhões corresponde ao valor a pagar a SESA BidCo Ltd. pela aquisição das empresas Areia Branca, Beberibe, Pedra do Sal e Econergy Brasil Serviços Corporativos. Em 31.12.2007 não havia saldo nessa conta

Outros

O aumento foi verificado, principalmente, nas contas de encargos regulatórios, obrigações trabalhista e provisão para contingências.

Passivo não circulante

Empréstimos, financiamentos e debêntures

A variação compõe-se do que segue: (i) financiamento com o BNDES para a construção da UHE São Salvador no valor de R$ 167 milhões; (ii) empréstimos e financiamentos das empresas adquiridas em 2008 no valor de R$ 477 milhões; (iii) transferência para o passivo circulante de R$ 179 milhões; (iv) juros de 37 milhões; (iv) variação monetária de R$ 38 milhões; e (v) variação cambial de R$ 70 milhões .

Concessões a pagar

O crescimento é decorrente do registro do direito de concessão a pagar da UHE Ponte de Pedra de R$ 242 milhões e dos juros e variação monetária de R$ 81 milhões.

Benefícios pós-emprego

O aumento ocorreu em razão do seguinte: (i) juros do passivo atuarial de R$ 124 milhões; (ii) rendimento dos ativos do plano de R$ 80 milhões; e (iii) R$ contribuição da patrocinadora de R$ 30 milhões.

Outros

O aumento foi verificado, principalmente, nas provisões para contingências cíveis.

Patrimônio líquido

O crescimento decorreu do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2008 de R$ 1.115 milhões, da destinação de R$ 756 milhões deste lucro para a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, e do ajuste relativo a Lei 11.638/07 no valor de R$ 5 milhões.

10.2. Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes da receita estão destacados na tabela abaixo:

(R$ milhões)	31 de dezembro de							
	2009	%	2008	%	2007	%	2008/2009 (%)	2007/2008 (%)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA								
Suprimento de energia elétrica	2.828	72,8	2.383	62,8	2.186	65,5	18,7	9,0
Fornecimento de energia elétrica	879	22,6	1.060	27,9	929	27,8	(17,1)	14,1
Transações no âmbito da CCEE	65	1,7	296	7,8	39	1,2	(78,0)	659,0
Exportação de energia elétrica	61	1,6	34	0,9	170	5,1	79,4	(80,0)
Outras receitas	53	1,3	20	0,6	14	0,4	165,0	42,9
	3.886	**100,0**	**3.793**	**100,0**	**3.338**	**100**	**2,5**	**13,6**

Análise comparativa dos componentes da receita operacional entre os exercícios findos em 31.12.2009 e 31.12.2008

Suprimento de energia elétrica

No acumulado de 2009, a receita de suprimento de energia, aquela originária da venda a agentes que não consumidores livres, alcançou R$ 2.828 milhões, superior em 18,7% à receita de suprimento de energia apurada no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 2.383 milhões. Tal aumento resultou, principalmente, do seguinte: (i) acréscimo de venda em R$ 68 milhões pelas empresas adquiridas ou que entraram em operação durante ou após 2008; (ii) incremento no fornecimento para distribuidoras no valor de R$ 428 milhões (equivalentes a 3.251 GWh – 371 MW médios), em virtude da conjunção da venda ao *pool* de distribuidoras com o encerramento de contratos bilaterais que não foram renovados com algumas delas; (iii) queda na venda para comercializadoras no valor de R$ 94 milhões (correspondentes a 974 GWh – 112 MW médios), motivada pela necessidade de atendimento à mudança na composição do portfólio de vendas da Companhia; e (iv) aumento no preço médio de venda para as distribuidoras e comercializadoras em 5,0%, resultando em crescimento na receita de R$ 43 milhões.

Fornecimento de energia elétrica

A receita anual do fornecimento de energia (venda a consumidores livres) foi de R$ 879 milhões em 2009, o representou um decréscimo de 17,1% quando comparado aos R$ 1.060 milhões de 2008. Tal redução foi consequência da combinação do seguinte: (i) queda do volume de vendas resultante do término de contratos e da redução de quantidades contratadas causada pela crise mundial, que resultou na diminuição da venda em R$ 299 milhões (correspondentes a 2.639 GWh – 301 MW médios); e (ii) elevação do preço médio de venda em 11,1%, proporcionando o crescimento da receita em R$ 118 milhões. Cabe considerar que a referida redução foi compensada pelo incremento da venda ao *pool* de distribuidoras, conforme anteriormente mencionado.

Transações no âmbito da CCEE

No acumulado de 2009, a receita foi de R$ 65 milhões, valor substancialmente inferior ao de 2008, que foi de R$ 296 milhões. Esclarecimentos adicionais sobre estas operações podem ser encontradas no item 10.1. h) i acima ("Detalhamento das operações na CCEE").

Exportação de energia elétrica

No exercício de 2009, a receita obtida com a exportação para a Argentina e Uruguai atingiu R$ 61 milhões, superior aos R$ 34 milhões obtidos no exercício de 2008, em razão da demanda de energia por estes paises.

Outras

Acréscimo de R$ 33 milhões em relação ao ano de 2008, passando de R$ 20 milhões para R$ 53 milhões, decorrente, substancialmente, do reconhecimento do ganho de R$ 35 milhões em razão do acordo com o Consórcio São Salvador para a compensação de atrasos na conclusão de unidades geradoras da UHE São Salvador.

Análise comparativa dos componentes da receita operacional entre os exercícios findos em 31.12.2008 e 31.12.2007

Suprimento de Energia Elétrica

No acumulado de 2008 a receita de suprimento de energia alcançou R$ 2.383 milhões, superior em 9,0% à receita de suprimento de energia apurada no mesmo período do ano anterior, que foi de R$ 2.186 milhões. Tal aumento foi resultante, principalmente, do incremento de 32,4% no preço e de 13,3% na quantidade de vendas a comercializadoras.

Fornecimento de Energia Elétrica

A receita anual do fornecimento de energia foi de R$ 1.060 milhões em 2008, o que representou aumento de 14,1% quando comparado aos R$ 929 milhões faturados em 2007, consequência da redução de 6,9% nas vendas e do crescimento do preço em 21,9%.

Transações no âmbito da CCEE

No acumulado de 2008, a receita foi de R$ 296 milhões, valor substancialmente superior ao de 2007, que foi de R$ 39 milhões. Esclarecimentos adicionais sobre estas operações podem ser encontradas no item 10.1. h) i acima ("Detalhamento das operações na CCEE").

Exportação de energia elétrica

No exercício de 2008, a receita obtida com a exportação para a Argentina e Uruguai atingiu R$ 34 milhões, inferior aos R$ 136 milhões obtidos no exercício de 2008, devido às menores necessidades energéticas desses países.

Outras

Acréscimo de R$ 6 milhões em relação ao ano de 2007, passando de R$ 14 milhões para R$ 20 milhões em 2008, em razão do aumento da receita com venda de créditos de carbono.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que afetaram materialmente os resultados da Companhia em 2009, 2008 e 2007 foram os seguintes:

Ano de 2009 – aumento de 8,1% no preço médio líquido de venda de energia e variação cambial credora não realizada sobre empréstimos e financiamentos no valor de R$ 80 milhões;

Ano de 2008 – (i) elevação de 14,2% no preço médio líquido de venda; (ii) redução de 6,5% na quantidade de energia vendida; (iii) geração de receita líquida nas transações realizadas no âmbito da CCEE de R$ 251 milhões; (iv) consumo de óleo diesel de R$ 92 milhões em virtude do despacho das usinas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com o objetivo de manter a segurança energética do sistema elétrico do país e devido às baixas afluências verificadas em determinados períodos do ano (esses custos foram compensados pelo aumento da receita na CCEE acima mencionada) e da exportação de energia para a Argentina e Uruguai; (iv) exportação de energia de R$ 34 milhões; (v) receita decorrente da recuperação de crédito de PIS e Cofins de R$ R$ 76 milhões; e (vi) variação cambial devedora sobre empréstimos e financiamentos de R$ 78 milhões.

2007 – (i) crescimento do preço médio líquido de venda de 12,0 %; (ii) resultado na exportação de energia de R$ 97 milhões; e (iii) variação cambial credora sobre empréstimos e financiamentos de R$ 55 milhões.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de venda da Companhia são suportadas por contratos com cláusulas de reajuste de preço, em grande parte, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M). A receita da Companhia não está exposta a taxas de câmbio e não foi afetada pela introdução de novos produtos e serviços.

As variações das receitas da Companhia em decorrência de modificação de preço, inflação e alteração de volume estão explicadas no item 10.2. (a) (i) acima.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Impactos da inflação e da variação de preços nos custos de venda da energia elétrica

Energia elétrica comprada para revenda - os contratos de longo prazo possuem seus preços reajustados, na sua grande parte, pelo IGP-M;

Combustível para a produção de energia elétrica - o preço do gás consumido na UTE Willian Arjona é denominado em dólar norte americano, equivalente em Reais, e reajustado anualmente pela variação do *Producer Price Index* (PPI), um indicador do governo americano para *commodities* de uso industrial. Os preços do carvão não reembolsável pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) são negociados quando da contratação da aquisição ou da renovação do contrato e tem como indexador fórmulas paramétricas cujos principais componentes são o INPC e índices setoriais específicos na sua maioria publicados pela FGV.

Encargos de uso de rede elétrica e conexão - são calculados pela multiplicação do montante de uso da rede, em KW, pela tarifa estabelecida anualmente pela Aneel, com base no rateio dos custos totais de conexão e transmissão observados, e esperados, para todo sistema, e nos índices de reajustes dos contratos de transmissão e conexão vigentes – em maioria IGPM e IPCA.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - o valor corresponde a 6,75 % sobre a quantidade de energia elétrica produzida valorada por uma Tarifa Anual de Referência (TAR) definida pela Aneel, com base no custo de aquisição de energia pela distribuidoras, revistos a cada 4 anos, reajustados pelo IPCA.

Impactos do câmbio, da inflação e da taxa de juros no resultado financeiro da Companhia

Exposição ao cambio

A parcela dos empréstimos atrelados à moeda externa em 31.12.2009 era de R$ 246 milhões (R$ 339 milhões em 31.12.2008), correspondente a 5,5% (11,4% em 31.12.2008) da dívida da Companhia, dos quais 3,2% estavam indexadas ao dólar (7,0% em 31.12 2008) e 2,3% ao euro (4,4% em 31.12.2008). Os vencimentos da dívida estão distribuídos no longo prazo, com concentrações em 2015 e 2024.

O resultado financeiro da Companhia em decorrência da variação cambial no exercício de 2009 foi impactado positivamente em R$ 80 milhões e no ano de 2008 negativamente em R$ 78 milhões, ou seja, em aproximadamente 7% do resultado líquido total em média para os dois anos, bastante reduzido para a variação da moeda observada nestes dois anos.

Em decorrência do baixo nível de endividamento em moeda externa e dos vencimentos longos dos empréstimos, o risco de impactos relevantes no resultado financeiro e no caixa da Companhia é relativamente baixo.

Exposição ao risco de taxa de juros e índices flutuantes

A Companhia está exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da Libor, Euribor, TJLP, taxa DI, UMBNDES, IGP-M e IPCA. A tabela abaixo apresenta a composição da dívida por taxa de juros e índice, líquida das garantias depositadas, e os respectivos percentuais em relação ao total dessas dívidas é como segue:

Taxa de juros e índices flutuantes	Valor	%
TJLP	1.410	43,73
CDI	1.087	33,71
IPCA	415	12,86
IGP-M	181	5,63
Libor Dólar	23	0,71
Euribor	101	3,15
UMBNDES	7	0,21
	3.223	**100,00**

O impacto dos juros no resultado financeiro da Companhia no exercício de 2009 foi de R$ 361 milhões (R$ 242 milhões no ano de 2008) e da variação monetária foi praticamente nulo no ano de 2009 (R$ 79 milhões no exercício de 2008).

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de novo segmento operacional que tenham resultado ou possam vir a resultar efeitos relevantes na Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As principais informações referentes à constituição, incorporação e aquisição de participações societárias da Companhia nos anos de 2009, 2008 e 2007 são as seguintes:

Eventos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

- ***Aquisição de projetos de geração de energia eólica***

A Companhia adquiriu, em novembro de 2009, empresas que possuíam projetos de geração de energia eólica no Estado do Ceará, cuja capacidade instalada é de 121,9 MW. Alguns desses projetos foram habilitados no leilão de energia de reserva promovido pela Aneel no mês de dezembro, porém não tiveram sua energia contratada em razão dos baixos preços ofertados pelos concorrentes no leilão. A expectativa da empresa é habilitar os projetos em novos leilões do Governo ou viabilizar a venda da energia para o mercado livre de fontes renováveis.

- ***Contratação da Aquisição de SUEZ Energia Renovável S.A. (SER)***

Em dezembro de 2009, após a aprovação unânime de seu Conselho de Administração, a Companhia assinou o Contrato de Compra e Venda para a aquisição da totalidade das ações ordinárias de emissão da SUEZ Energia Renovável S.A. (SER) e de titularidade da GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), controladora da Companhia. A SER possui participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia (Ceste), criado para a implantação e exploração da UHE Estreito, em construção na divisa entre Tocantins e Maranhão, cuja capacidade instalada é de 1.087 MW e a energia assegurada de 641,08 MW médios, a qual será reduzida para 590,41 MW médios após a entrada em operação comercial da UHE Serra Quebrada, prevista para janeiro de 2017.

O valor a ser pago pela aquisição será de R$ 604 milhões, fixado com base em Laudo de Avaliação do Banco Santander (Brasil) S.A. elaborado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado, sendo que a eficácia da aquisição está sujeita a condições suspensivas usuais em transações dessa natureza, incluindo, mas sem limitação, a aprovação da aquisição pela Aneel e a anuência de terceiros, incluindo o BNDES e outras instituições financeiras credoras da SER, nos termos dos respectivos contratos de financiamento celebrados pela SER. A aquisição somente será concluída após a obtenção de tais condições precedentes.

A aquisição será ainda submetida à assembléia geral de acionistas da Tractebel Energia para a ratificação de seus termos e condições, consoante disposto no artigo 256, § 1º da Lei nº 6.406/76, conforme alterada. A ratificação da aquisição ensejará aos acionistas inscritos até 21.12.2009 nos registros da Tractebel Energia e que vierem a dissentir das deliberações da assembléia geral, o direito de retirada, conforme tratado na LSA. Informações adicionais acerca do referido direito de retirada (tais como valor patrimonial da ação para fins de reembolso, prazo e procedimentos a serem adotados pelos acionistas dissidentes) serão prestadas oportunamente, por ocasião da convocação da assembléia geral que deverá ser realizada para ratificar a aquisição.

Eventos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008

- ***Incorporação da CEM***

Em março de 2008 a Tractebel Energia incorporou a sua subsidiária integral CEM, com o objetivo principal de simplificação da estrutura societária do grupo, diminuindo custos e aumentando valor para os acionistas.

- ***Aquisição do controle acionário da PPESA***

Em abril de 2008 a Companhia concluiu a aquisição da totalidade do capital social da PPESA, empresa que detém a concessão da UHE Ponte de Pedra, pelo valor de R$ 613 milhões. A compra proporcionou o aumento de 176,1 MW na capacidade instalada e de 131,6 MW médios na energia assegurada consolidada da Companhia.

- ***Constituição da Ibitiúva***

Em agosto de 2008 o Consórcio Andrade, formado pela controlada indireta Ibitiúva e pela Andrade Açúcar e Álcool S.A., controlada da Açúcar Guarani S.A., vendeu 20 MW médios de energia elétrica no 1º Leilão de Energia de Reserva, promovido pela Aneel, pelo preço de R$ 158,11/MWh (R$ 167,17 atualizado para 31.12.2009). A Companhia possui participação indireta de 76,0% na Ibitiúva e de 71,17% no Consórcio Andrade. A conclusão da obre está prevista

para abril de 2010 e o investimento total estimado para a construção dessa usina é de R$ 120 milhões. Até 31.12.2009 já tinham sido investidos R$ 59 milhões.

- ***Aquisição do controle acionário da Tupan e Hidropower***

Em dezembro de 2008 a Companhia concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Tupan e da Hidropower, pelo valor de R$ 241 milhões. A Tupan detém autorização para explorar a PCH Rondonópolis, com capacidade instalada de 26,6 MW e energia assegurada de 14 MW médios e a Hidropower para explorar a PCH Engenheiro José Gelazio da Rocha, com capacidade instalada de 23,7 MW e energia assegurada de 11,9 MW médios.

- ***Aquisição do controle acionário da Beberibe, da Pedra do Sal e da Areia Branca***

A Companhia, em dezembro de 2008, adquiriu a totalidade do capital social da Beberibe pelo montante de R$ 101 milhões, da Pedra do Sal por R$ 52 milhões, da Areia Branca pelo valor de R$ 47 milhões, totalizando um investimento de R$ 200 milhões. A Beberibe detém autorização para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,60 MW; a Pedra do Sal para explorar o Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 17,85 MW; a Areia Branca detém autorização para explorar a PCH Areia Branca, com capacidade instalada de 19,80 MW e energia assegurada de 10,9 MW médios.

Estes investimentos foram comprados da SESA BidCo Ltd., sociedade constituída e existente sob as leis da Ilha de Man e cujo controle é exercido pelo grupo GDF SUEZ, do qual a Tractebel Energia faz parte.

Eventos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007

- ***Aquisição de participação acionária da Machadinho Energética S.A. (Maesa)***

A Companhia adquiriu, em março de 2007, 2,82% de participação acionária na Maesa, sociedade de propósito específico consorciada da Tractebel Energia na UHE Machadinho, pelo montante de R$ 29 milhões. A compra resultou no aumento de 21,4 MW médios na Capacidade Instalada e 11,1 MW médios de energia assegurada da Companhia.

Aquisição do controle acionário da CESS

Em junho de 2007, a Companhia adquiriu, da sua controladora GDF SUEZ Energy Latin America Ltda., 99,99% das ações da CESS, detentora da concessão da UHE São Salvador, pelo valor de R$ 304 milhões. A compra incorporou 243,2 MW à potência instalada e 148,5 MW médios à energia assegurada consolidada da Companhia.

- ***Aquisição do controle acionário da Seival Participações S.A. (Seival)***

A Companhia adquiriu, em novembro de 2007, a totalidade das ações da Usina Termelétrica Seival Ltda.(UTE Seival), pelo montante de R$ 24 milhões. A UTE Seival é uma SPE constituída para implantar e explorar uma central geradora termelétrica a vapor, utilizando como combustível carvão mineral. A UTE Seival, até o presente momento, não viabilizou qualquer projeto de implantação da referida Usina.

c. eventos ou operações não usuais

No exercício de 2008 a Companhia reconheceu receita não recorrente de R$ 76 milhões, relativa à recuperação de PIS e Cofins pagos sobre os valores relativos à recuperação do consumo dos combustíveis fosseis adquiridos com recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que, de acordo com a orientação contida em Despacho da Aneel, deixaram de ser reconhecidos como receita e passaram a ser contabilizados em conta retificadora de custo da produção de energia elétrica, a partir de novembro de 2005.

10.4. Os diretores devem comentar

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 28.12.2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404, de 15.12.1976 (Lei das Sociedades por Ações), notadamente em relação ao capítulo XV, que trata sobre matéria contábil, e aplica-se às demonstrações contábeis de encerramento do exercício social iniciado a partir de 01.01.2008. A referida lei visa, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Em 03.12.2008, foi editada a Medida Provisória nº 449/08, a qual introduziu algumas alterações à Lei das Sociedades por Ações e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, pelo qual foi prevista a possibilidade da neutralidade tributária no biênio 2008/2009 sobre os ajustes contábeis decorrentes da adoção das alterações efetuadas pela Lei nº 11.638/07 para as empresas que não aderiram ao RTT.

Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08

A Companhia adotou os dispositivos constantes da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 para a preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis, tendo como base as orientações da CVM e/ou das normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estabelecendo a data de transição em 01.01.2008 (ou 31.12.2007), conforme opção constante da Deliberação CVM nº 565/08.

As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizaram-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pela referida deliberação da CVM, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, sem efeito retrospectivo sobre as demonstrações contábeis.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os ajustes e reclassificações decorrentes das opções relevantes reconhecidas relacionadas à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 não foram em valores relevantes. O único ajuste realizado pela Companhia foi a baixa de ativos diferidos que resultaram na redução do seu patrimônio líquido, em 31.12.2007 (01.01.2008) no montante de R$ 5 milhões. Esclarecimentos adicionais sobre os ajustes e reclassificações realizados pela Companhia podem ser encontrados nas notas explicativas às demonstrações contábeis da Companhia de 31.12.2008.

Em 2009, 26 novos pronunciamentos técnicos (CPC) e 12 interpretações técnicas (ICPC), conforme mencionados nas notas explicativas das demonstrações contábeis da Companhia de 31.12.2009, haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por deliberações da CVM, para aplicação mandatória a partir de 2010 e com aplicação retrospectiva a 2009 para fins de comparabilidade.

A Companhia analisou os respectivos pronunciamentos técnicos e acredita que, exceto quanto à interpretação técnica ICPC 08, cujos efeitos estão mencionados a seguir, os demais pronunciamentos não resultarão em impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

O ICPC 08 prevê que o valor dos dividendos acima do mínimo estabelecido na Lei das Sociedades por Ações não aprovado em assembleia não devem ser provisionados, devendo ser apresentados destacado no patrimônio líquido. Caso essa interpretação técnica tivesse sido adotada no exercício findo em 31.12.2009, o passivo circulante estaria apresentado a menor e o patrimônio a maior no montante de R$ 82 milhões.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos auditores independentes da Companhia não apresentam ressalvas ou ênfases para os exercícios de 2007 a 2009.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As práticas contábeis mais críticas adotadas pela Companhia são aquelas em que a sua adoção se baseia em julgamentos subjetivos e complexos que normalmente requerem a necessidade de realização de estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis.

As seguintes estimativas foram consideradas as mais críticas e de maior complexidade pela Companhia:

Vida útil do ativo imobilizado - as taxas anuais de depreciação são as estabelecidas pela Aneel com base em estudos técnicos das vidas úteis econômicas de cada unidade de cadastro, as quais são revistas periodicamente por esta Agência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - é baseada em análises individuais considerando o histórico e riscos envolvidos na transação. É constituída em montante considerado suficiente para cobrir prováveis riscos na realização dos ativos.

Provisão para contingências – e definida com base em avaliação e qualificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Benefícios pós-emprego - são definidos com base em cálculos atuariais que consideram premissas como taxa de desconto de mercado, taxa de retorno dos ativos e tábuas de mortalidade. A Companhia utilizou premissas consistentes com as análises internas e externas realizadas para a definição das estimativas utilizadas. As alterações dessas premissas poderiam afetar o passivo atuarial apresentado pela Companhia.

Ajuste a valor presente – é calculado de acordo com taxas de desconto de mercados obtidas com base em avaliações internas e fontes financeiras especializadas.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa do Novo Mercado e considera seus controles internos suficientes dado o tipo de atividade e o volume de transações que opera.

Adicionalmente, face à complexidade das atividades e inovações tecnológicas, a administração da Companhia está empenhada no aprofundamento, revisão e melhoria contínua de seus processos, e na implementação de novas ferramentas para revisão e controles internos. Desde 2006, a Companhia formalmente revisa e testa seus sistemas de controles internos, inicialmente para atender à Lei Sarbanes-Oxley e atualmente para atender a um programa específico de sua controladora principal, o Grupo GDF SUEZ. Eventuais falhas detectadas nos sistemas de controles internos são registradas e corrigidas em planos de ação cuja implantação é verificada pelos auditores independentes.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

As deficiências e recomendações sobre os controles internos elaboradas pelos auditores independentes são analisadas pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores durante a reunião anual de certificação do programa de controle interno da Companhia. Os planos de ação para as correções necessárias são registrados e sua implantação é verificada por auditores independentes. Não há nenhuma deficiência significativa apontada no relatório dos auditores independentes relativo ao exercício social de 2009 que possa resultar em impactos relevantes para a Companhia.

10.7 Caso a Companhia tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

2ª Emissão de Debêntures (Maio 2007) no montante de R$ 350 milhões: Os recursos obtidos por meio da oferta pública de debêntures da segunda emissão da Companhia foram destinados à aquisição da totalidade das ações de emissão da CESS, detentora da concessão para a construção da UHE São Salvador, com capacidade instalada equivalente a 243,2 MW.

3ª Emissão de Debêntures (Abril 2009) no valor de R$ 600 milhões: Os recursos obtidos por meio da oferta pública de debêntures da terceira emissão da Companhia foram utilizados para: (i) a liquidação integral das notas promissórias da quarta emissão da Companhia, no montante de R$ 300 milhões, emitidas pela Companhia em abril de 2009 e (ii) o pagamento de parte da dívida representada terceira emissão de notas promissórias da Companhia, no valor de R$ 400 milhões, emitidas pela Companhia em maio de 2008 e vencidas em maio de 2009.

4ª Emissão de Debêntures (Dezembro 2009) no montante de R$ 400 milhões: Os recursos obtidos por meio da oferta pública com esforços restritos de colocação das debêntures da quarta emissão da Companhia foram destinados à aquisição da SUEZ Energia Renovável S.A. (SER), detentora da participação no Consórcio Estreito Energia (Ceste), à redução dos custos e alongamento de dívidas, bem como ao reforço do capital de giro para a condução dos negócios da Companhia.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve desvios entre aplicação efetiva dos recursos e a proposta proveniente das emissões de debêntures da Companhia.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis de valores relevantes não evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

a. Contratos Bilaterais de Compra e Venda de Energia Elétrica

A tabela abaixo apresenta o balanço energético da Companhia até 2015, considerando a sua energia assegurada e os contratos de compra e venda em vigor, é o seguinte:

	(em MW médio)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Preço **Bruto** no Leilão (R$/MWh)	Data de Referência	Preço **Bruto** Corrigido p/ 31 de dezembro de 2009 (R$/MWh)
	Recursos Próprios	3.365	3.504	3.617	3.617	3.617	3.617			
+	Compras para Revenda	680	352	306	278	253	200			
=	Recursos Totais (A)	4.045	3.856	3.923	3.895	3.870	3.817			
	Vendas Leilões do Governo*	1.298	1.446	1.701	1.702	1.702	1.692			
	2004-EE-2007-08	10	10	10	10	10	-	70,9	dez-04	87,5
	2005-EE-2008-08	150	150	150	150	150	150	81,6	abr-05	97,8
	2005-EE-2009-08	381	381	381	381	381	381	94,0	out-05	110,7
	2005-EN-2010-30	200	200	200	200	200	200	115,1	dez-05	136,8
	2006-EN-2009-30	493	493	493	493	493	493	128,4	jun-06	147,3
	2006-EN-2011-30	-	148	148	148	148	148	135,0	nov-06	157,0
	2007-EN-2012-30	-	-	256	256	256	256	126,6	jun-07	141,4
	Proinfa	53	53	52	53	53	53	147,8	jun-04	193,4
	1º Leilão de Reserva	11	11	11	11	11	11	158,1	ago-08	167,2
+	Vendas Bilaterais	2.609	2.147	1.929	1.768	1.288	1.068			
=	Vendas Totais (B)	3.907	3.593	3.630	3.470	2.990	2.760			
	Saldo (A - B)	138	263	293	425	880	1.057			
	Preço médio de venda (R$/MWh) **(líquido)**[*1]:	112,3	115,1	115,2						
	Preço médio de compra (R$/MWh) **(líquido)**[*2]:	114,0	116,4	112,7						

* XXXX-YY-WWWW-ZZ, onde:
XXXX ⟹ ano de realização do leilão
YY ⟹ EE = energia existente ou EN = energia nova
WWWW ⟹ ano de início de fornecimento
ZZ ⟹ duração do fornecimento (em anos)
*1: Preço de venda líquido de ICMS e impostos sobre a receita (PIS/Cofins, P&D), referido a 31/12/09.
*2: Preço de aquisição líquido, considerando os benefícios de crédito do PIS/Cofins, referido a 31/12/09.

Nota: O balanço está referenciado ao centro de gravidade. Ele contempla a energia gerada por Estreito, que entra em operação no 1T11.

b. Contratos de Conexão

A Companhia mantém Contrato de Conexão com empresas de transmissão e distribuição com vigência até a data de extinção das concessões das unidades geradoras da Companhia. O custo anual dos encargos de conexão é de R$ 11 milhões. Em 31.12.2009, o saldo remanescente dos contratos até a extinção das concessões era de R$ 237 milhões.

c. Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição

Para o Uso do Sistema de Transmissão e da Rede Básica, a Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema (ONS) e com distribuidoras (para as usinas que não estão conectadas diretamente à rede básica). Os contratos, em sua grande maioria, têm vigência até a data da extinção das concessões ou autorizações das unidades geradoras da Companhia. Os encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição anuais são de R$ 252 milhões. Em 31.12.2009 o saldo remanescente dos contratos é de R$ 6.105 milhões.

d. Contrato de compra de gás

Em 10.11.2000, a Tractebel Energia e a MSGÁS celebraram o contrato destinado a regular o fornecimento de gás natural à UTE William Arjona (UTWA). O suprimento deste insumo à MSGÁS é, por sua vez, regulado pelo contrato firmado entre aquela concessionária e a Petrobras, ocorrendo a partir de ramal de distribuição conectado ao GASBOL.

Em fevereiro de 2006 a Petrobras condicionou a renovação de seu contrato com a MSGÁS à majoração dos preços que vinham sendo praticados, o que não foi aceito pela Tractebel Energia. Diante da impossibilidade de acordo e ante a ameaça de corte no suprimento de gás para a UTE William Arjona, a Companhia ingressou em juízo, visando assegurar a continuidade do fornecimento de combustível. Em 21.11.2009, foi proferida Medida Cautelar Precatória garantindo o fornecimento de gás e a vigência do contrato por mais cinco anos a partir desta data.

O preço atual, em moeda corrente nacional, é composto por 3 parcelas, sendo uma relativa ao fornecimento de gás, outra relativa ao transporte do gás e a terceira relativa à margem distribuidora, reajustado anualmente no mês de maio através do *Producer Price Index* (PPI), um indicador do governo americano para *commodities* de uso industrial.

A quantidade contratada com a MSGÁS é de até 1.350.000 m³/dia e, em caso de não haver necessidade de consumo por parte da UTE William Arjona, a Companhia tem a obrigação de pagar o valor referente à margem da distribuidora, conforme valor estabelecido no contrato.

O custo mensal máximo para a companhia caso a totalidade do volume acima mencionado seja consumida é de R$ 10 milhões. O custo mensal mínimo relativo a margem da distribuidora é de R$ 0,6 milhão.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia possui os seguintes contratos de construção em andamento para a implantação das novas usinas.

- Consórcio São Salvador - obras da UHE São Salvador. O saldo remanescente em 31.12.2009 era de R$ 20 milhões.
- Areva Koblitz S.A. - construção da UTE Destilaria Andrade. O montante a realizar em 31.12.2009 era de R$ 38 milhões.
- Santa Rita Comércio e Instalação - construção da linha de transmissão de 138Kv da UTE Destilaria Andrade. O saldo restante em 31.12.2009 era de R$ 5 milhões.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia
b. natureza e o propósito da operação
c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

a. Compra e venda de energia - vide no item 10.8. (iii) (a) acima um demonstrativo com as quantidades e preços médios de compra e venda de energia contratada para os próximos anos, os quais terão impacto nos resultados futuros da Companhia.

b. Contratos de conexão - o custo anual dos encargos de conexão é de R$ 11 milhões. Em 31.12.2009, o saldo remanescente dos contratos até a extinção das concessões era de R$ 237 milhões.

c. Contrato de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição - os encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição anuais são de R$ 252 milhões. Em 31.12.2009 o saldo remanescente dos contratos é de R$ 6.105 milhões.

d. Contrato de compra de gás - o custo anual máximo para a Companhia caso a totalidade do volume seja consumida é de R$ 120 milhões. O custo anual mínimo relativo a margem da distribuidora é de R$ 7 milhões.

Maiores esclarecimentos relacionados aos itens que poderão impactar as receitas e despesas da Companhia podem ser encontrados no item 10.8.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

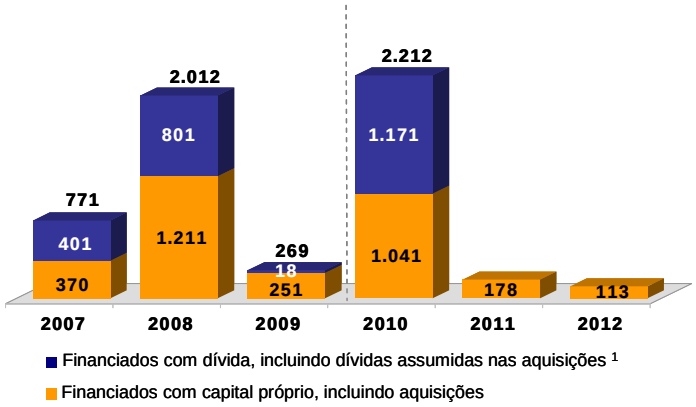
a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Investimentos na manutenção, revitalização e ampliação do parque gerador

Os investimentos feitos no período de 2006 a 2009, bem como os previstos no período de 2010 a 2012 estão indicados na figura abaixo:

Investimentos realizados/orçados e respectivas fontes de financiamento (R$ milhões)



Nota:
[1] Não considera juros incorridos sobre a construção.

Para fazer frente ao seu plano de crescimento, a Tractebel Energia realizou em 2009 investimentos que totalizaram R$ 269 milhões, aplicados na UHE São Salvador, na PCH Areia Branca, no Parque Eólico Pedra do Sal, na UTE Destilaria Andrade, no projeto da UTE Seival, na aquisição de projetos de geração de energia eólica e na manutenção do parque gerador da Companhia.

Os principais projetos previstos para o ano de 2010 são os seguintes:

- Liquidação financeira da aquisição da Suez Energia Renovável S.A. (SER), participante do Consórcio Estreito Energia (Ceste), e investimentos na conclusão da construção da UHE Estreito. Para informações adicionais sobre a transação e o projeto, vide item 10.3 (b) acima.
- Finalização da construção da UTE Destilaria Andrade. Para informações adicionais, vide item 10.3 (b) acima.
- Conclusão da obra PCH Areia Branca. Para informações adicionais, vide item 10.3 (b) acima.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os projetos setoriais geralmente possuem financiamento da ordem de 60% a 70% do investimento total e o restante é coberto com recursos próprios. O BNDES é o financiador da maioria dos projetos da Companhia.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e não há previsão para desinvestimentos relevantes a serem realizados pela Companhia.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Para informações sobre as aquisições de ativos que devem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia, vide item 10.3 (b) acima.

c) novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços
Não aplicável.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não há outros fatores que influenciem de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens.

Anexo II

Artigo 9ª ICVM 481/09 – § 1º Inciso II – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício que contenha, no mínimo, as informações indicadas no anexo 9-1-II da ICVM 481/09:

Destinação do lucro líquido do exercício

1) Informar o lucro líquido do exercício	R$ 1.134,3 milhões
2.a) Informar o montante global dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 623,9 milhões
2.b) Informar o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados	R$ 0,9558426155
3) Informar o percentual sobre o lucro líquido do exercício distribuído	55%
4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores	Não aplicável
5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:	
a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe	R$ 81,9 milhões, correspondente a R$ 0,1254900014 por ação ordinária
b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio	A ser submetido à aprovação da Assembléia Geral Ordinária (AGO) no dia 23.04.2010
c) Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio	Não aplicável
d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento	A data da declaração de pagamento será definida pela AGO

6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores	
a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados	R$ 348,0 milhões (dividendos) e R$ 194,0 milhões (juros sobre o capital próprio)
b) Informar a data dos respectivos pagamentos	Dividendos pagos em 26.08.2009 e Juros sobre o capital próprio creditados em dezembro/09 que serão pagos em data a ser definida pela Diretoria Executiva da Companhia.
7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:	
a) Lucro líquido do exercício e dos 3 exercícios anteriores	2009 = R$ 1,737895664 2008 = R$ 1,708412658 2007 = R$ 1,601898020
b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos últimos 3 exercícios	2009 = R$ 0,9558426155 2008 = R$ 1,1586484519 2007 = R$ 1,5218031188
8) Havendo destinação de lucros à reserva legal	
a) Identificar o montante destinado à reserva legal	R$ 56,7 milhões
b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal	5% do lucro líquido do exercício.
9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos mínimos	Não aplicável

10) Em relação ao dividendo obrigatório	
a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto	O estatuto social da companhia prevê que em cada exercício será obrigatória a distribuição de um dividendo não inferior a 30% (trinta por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da lei, devendo a destinação do resultado integral do exercício ser submetida à deliberação da Assembléia Geral. - A Companhia levantará balanço semestral podendo, o Conselho de Administração, declarar dividendos intercalares com base no mesmo. - A Companhia poderá levantar balanço e distribuir dividendos intercalares em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o §1.º do artigo 182 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. - A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, poderá creditar ou pagar aos acionistas juros remuneratórios sobre o capital próprio, observando, para tanto, a legislação aplicável. As importâncias pagas ou creditadas pela Companhia a título de juros sobre o capital próprio poderão ser imputadas, nos termos da legislação aplicável, ao valor dos dividendos obrigatórios. - Prescreve em 3 (três) anos a ação para pleitear dividendos, os quais, não reclamados oportunamente, reverterão em benefício da Companhia.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente	Sim

c) Informar o montante eventualmente retido	Não aplicável

11) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia	

a) Informar montante da retenção	Não aplicável

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos	Não aplicável
c) Justificar a retenção dos dividendos	Não aplicável
12) Havendo destinação do resultado para reserva de contingências	
a) Identificar o montante destinado à reserva	Não aplicável
b) Identificar a perda considerada provável	Não aplicável
c) Explicar porque a perda foi considerada provável	Não aplicável
d) Justificar a constituição da reserva	Não aplicável
13) Havendo destinação do resultado para reserva de lucros a realizar	
a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar	Não aplicável
b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva	Não aplicável
14) Havendo destinação do resultado para reservas estatutárias	
a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabeleceram a reserva	Não aplicável
b) Identificar o montante destinado à reserva	Não aplicável
c) Descrever como o montante foi calculado	Não aplicável

15) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital	
a) Identificar o montante da retenção	R$ 453,8 milhões
b) Fornecer cópia do orçamento de capital	Está sendo apresentada no anexo III da presente Proposta.

16) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais	
a) Informar o montante destinado à reserva	Não aplicável
b) Explicar a natureza da destinação	Não aplicável

Anexo III

Orçamento de Capital

Orçamento de Capital para 2010 - R$ Milhões

Fontes	A Realizar 2010	Total
Retenção de Lucros (art. 196)	454	454
Constituição da Reserva Legal (5%)	57	57
Capital de Terceiros para Programa de Investimento	1.137	1.137
Geração Interna de Caixa	565	565
Total das Fontes	**2.212**	**2.212**

Aplicações	2010	Total
Estreito - Usina Hidrelétrica	2.020	2.020
Manutenção Parque Produtivo	106	106
Ibitiúva Bionergética - Cogeração	44	44
Areia Branca - PCH	12	12
São Salvador - Usina Hidrelétrica	29	29
Total das Fontes	**2.212**	**2.212**